

Mariana Luíza Becker da Silva

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA PARA
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós Graduação em Psicologia da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
mestra em Psicologia.

Orientadora: Prof. Dra. Andréa
Barbará da Silva Bousfield

Coorientadora: Prof. Dra. Andréia
Isabel Giacomozzi.

Florianópolis
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Silva, Mariana Luíza Becker da
Representações sociais da violência para pessoas
em situação de rua / Mariana Luíza Becker da Silva ;
orientadora, Andréa Barbará da Silva Bousfield,
coorientadora, Andréia Isabel Giacomozzi, 2019.
80 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia,
Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Representações sociais. 3.
Violência. 4. Pessoas em situação de rua. I.
Bousfield, Andréa Barbará da Silva . II.
Giacomozzi, Andréia Isabel. III. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação
em Psicologia. IV. Título.

Mariana Luíza Becker da Silva

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA PARA
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “mestra”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia

Florianópolis, 14 de fevereiro de 2019.

Prof. Carlos Henrique Sancineto da Silva Nunes, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Andréa Barbará da Silva Bousfield, Dr.^a
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Andréia Isabel Giacomozzi, Dr.^a
Coorientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Brígido Vizeu Camargo, Dr.
PPGP - Examinador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a. Scheila Rubia Lindner, Dr.^a.
PPGSC - Examinadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Àqueles que (re)existem.

AGRADECIMENTOS

O processo de desenvolvimento desta pesquisa exigiu dedicação e um profundo envolvimento profissional e pessoal. Nesse processo, a participação e o apoio de pessoas especiais, que compartilharam comigo as dores e as delícias que surgiram ao longo do caminho, foram essenciais para a conclusão deste trabalho. Dessa forma, tenho muito a agradecer.

Aos meus pais por serem a base das minhas conquistas, por todo o suporte emocional e financeiro neste processo e em toda a minha educação. À minha irmã Andressa, que sempre me inspirou, motivou e colaborou teoricamente para este mestrado.

Ao meu noivo e grande amor Leandro Marques, que me apoiou nesta caminhada, compreendeu minhas ausências, me fortaleceu a partir de seus questionamentos, me acolheu e vibrou com minhas euforias e desesperos.

À minha orientadora Prof^a Andréa Barbará da Silva Bousfield e à minha co-orientadora, Prof^a Andréia Isabel Giacomozzi. Obrigada por aceitarem me orientar, acreditarem na temática escolhida, estarem sempre disponíveis e estimularem meu crescimento acadêmico, profissional e pessoal.

À Maiara Leandro, por ter auxiliado em toda a coleta de dados, nas transcrições, nas reflexões e na colaboração como um todo nesta pesquisa. Sem seu auxílio seria impossível a conclusão da mesma.

Aos professores que participaram da banca de qualificação e de defesa, pelas contribuições, e especialmente ao professor Brigido Vizeu Camargo, que sempre instigou as reflexões teóricas desta dissertação.

Aos profissionais dos Serviços Especializados em Abordagem Social de cada município, principalmente à Suélen, Amábile, Pedro e Débora por terem sido tão receptivos e auxiliado no processo de contato com os participantes.

Às amigas que a vida me presenteou, principalmente Brunara, Isabella, Caroline, Larissa, Duana, Jade, Bruna e Márcia por sempre torcerem, acolherem as angústias e vibrarem com as minhas vitórias.

Aos amigos do mestrado, Juliana, Emanuely, Jean, Denise, Anderson, Ivana, Bruna Berri por todas as trocas essenciais de conhecimento e apoio emocional.

Às amigas do trabalho, Mayara, Darlana, Suélens, Fernanda, Hellen e Aline que contribuíram sobremaneira para o meu

amadurecimento profissional, discussões sobre temas relevantes e apoio nos momentos difíceis.

À população em situação de rua, que em seu cotidiano (re)existe, luta e constrói criativamente estratégias de (sobre)vivência em meio à inúmeras violações de direito. Especialmente aos participantes desta pesquisa, que compartilharam sensivelmente suas vivências e seus sofrimentos. Agradeço imensamente por terem feito parte deste processo.

À Universidade Federal de Santa Catarina por possibilitar que este estudo fosse realizado e por contribuir em minha formação a partir de aulas ministradas por professores qualificados.

À população brasileira que contribui com seus impostos para o ensino superior gratuito e de qualidade neste país.

À todos aqueles que de alguma forma passaram por meu caminho e contribuíram com meu desenvolvimento: minha eterna gratidão.

Já faz muito tempo,
Que a rua é a minha casa.
Tem dias que como muito.
Tem dias que como nada.

Minha vida não é triste,
Triste é a minha situação.
Há dias que sou agredido,
E demonstro indignação.

Nunca quis morar na rua,
Mais a vida obrigou.
Tinha sonho como qualquer pessoa,
Mais um dia fracassou.

Tentei um dia me mudar,
Para buscar melhor condição.
Mais que engano da minha cabeça,
Fiquem sem abrigo, sem teto e sem chão.

Se vê alguém na rua,
Não despreze, por favor!
Somos pessoas humildes.
Que a oportunidade acabou.

Você quer um futuro justo,
E estudar para ser doutor.
Mais lembre dos que moram na rua,
E se puder, nos ajude. Por favor!

Autor: Lupercinio Lima (sem data)

RESUMO

A violência é um fenômeno complexo e multifacetado, vivenciado constantemente por pessoas em situação de rua de diversas formas, como violência física, sexual, simbólica, estrutural e institucional; e por diversos autores, como o Estado, o aparato policial, a sociedade civil e outras pessoas em situação de rua. A população em situação de rua é vista a partir de representações pejorativas, as quais legitimam as relações de poder e as diversas violências praticadas. Com isso, essa dissertação objetiva identificar as representações sociais da violência para pessoas em situação de rua. Utilizou-se como embasamento teórico, a Teoria das Representações Sociais, na interface com a Teoria da Atribuição de Causalidade e a Teoria Motivacional do *Coping*, além de articulá-las com as pesquisas científicas sobre população em situação de rua e violência. Para compreender a temática, buscou-se responder aos objetivos por meio de uma abordagem multi-métodos, de natureza exploratória e descritiva e de corte transversal. O estudo consistiu em entrevistas semiestruturadas realizadas com 91 pessoas em situação de rua, com mais de 18 anos e que possuíam no mínimo um mês de permanência nas ruas da Grande Florianópolis/SC. O instrumento foi elaborado pela pesquisadora e abarcou questões envolvendo as representações sociais da violência, os aspectos influenciadores, as estratégias de enfrentamento utilizadas frente a esse estressor e questões sociodemográficas. A análise de dados envolveu Classificação Hierárquica Descendente, com o auxílio do *software* IRaMuTeQ, análise categorial temática, análise descritiva (média, desvio-padrão e frequência) e correlacional (correlação de Spearman), realizada com auxílio do *software* PSPP. Os resultados, apresentados na forma de artigos, indicaram aspectos representacionais relacionados a definições da violência em si, da violência em situação de rua, das explicações sociais, aspectos influenciadores, estratégias de enfrentamento, história de vida, da desumanização vivenciada, de ações violentas sofridas e praticadas nas ruas e a naturalização e banalização das violências. As narrativas contemplam histórias que abarcaram a complexidade da sobre (vivência) na rua e das violências neste contexto e as suas relações no cotidiano. Verificou-se que em geral, os participantes atribuíram a violência perpetuada pelo outro a causalidades internas e quando praticada por si próprio foram por motivos externos. Os fatores influenciadores da violência elencados pelos participantes foram de conteúdos já existentes na representação dominante, a qual individualiza práticas violentas. Em relação às estratégias de

enfrentamento, os resultados apontaram para uma prevalência da utilização de estratégias mal adaptativas. Constatou-se também diferenciações entre falas de participantes do Movimento Nacional de População em Situação de Rua, e não participantes, havendo falas “mais politizadas” entre os que participavam. Para além, observou-se a violência como constitutiva da vida nas ruas, sendo esta forma de se relacionar parte de uma sociabilidade complexa que envolve regras, códigos e morais próprias. Assim, utilizar da mesma violência, na maioria das vezes física, torna-se uma estratégia de enfrentamento necessária muitas vezes para a sobrevivência. No entanto, constatou-se que essas práticas podem contribuir negativamente para a saúde mental desta população. Com isso, considera-se necessárias intervenções para que sejam reduzidos os danos associados às violências. Para isso, é relevante compreender este fenômeno integralmente em sua complexidade ao pensar em políticas públicas e práticas profissionais efetivas e humanizadas, levando em conta todo o contexto político, estrutural, histórico, cultural e relacional que estas pessoas vivenciam. Apesar de algumas limitações do estudo, considera-se que este pode contribuir para novas práticas e olhares sobre a temática. Por fim, sugere-se novos estudos sobre esta temática, para que se possa dar maior suporte empírico a esta pesquisa.

Palavras-chave: Representação social. Violência. Pessoas em situação de rua.

ABSTRACT

Violence is a complex and multifaceted phenomenon, constantly experienced by street people in various forms, such as physical, sexual, symbolic, structural and institutional violence; and by various authors, such as the State, the police apparatus, civil society and other homeless. The population in a street situation is seen from pejorative representations, which legitimize the power relations and the various violence practiced. With this, this dissertation aims to identify the social representations of violence for homeless. Theory of Social Representations was used as a theoretical basis, in the interface with the Theory of Causation Attribution and the Motivational Theory of Coping, as well as articulating them with scientific research on the population living in the street and violence. To understand the theme, we sought to respond to the objectives through a multi-method approach, exploratory and descriptive in nature and cross-cutting. The study consisted of semi-structured interviews with 91 street people, over 18 years of age and who had at least one month in the streets of Greater Florianópolis / SC. The instrument was elaborated by the researcher and covered issues involving the social representations of violence, the influencing aspects, the coping strategies used in relation to this stressor and sociodemographic issues. The data analysis involved a descending hierarchical classification, with the aid of the IRaMuTeQ software, a thematic categorical analysis, descriptive analysis (mean, standard deviation and frequency) and correlation (Spearman correlation) performed by PSPP software. The results, presented in the form of articles, indicated representational aspects related to definitions of violence itself, street violence, social explanations, influencing aspects, coping strategies, life history, dehumanization experienced, violent actions suffered and practiced on the streets and their naturalization and trivialization of violence. The narratives contemplate stories that covered the complexity of the envelope (experience) in the street and of the violence in this context and their relations in the daily life. It was found that in general, participants attributed the violence perpetuated by the other as an inmate, and when practiced on their own were for external reasons. The factors influencing the violence narrated by the participants were contents already existing in the dominant representation, which individualized violent practices. Regarding coping strategies, the results pointed to a prevalence of the use of maladaptive strategies. Differences were also observed between the statements of participants of the National Movement of Population in Street Situation,

and non-participants, with "more politicized" statements among those who participated. In addition, violence was observed as constitutive of life on the streets and this way of relating part of a complex sociability that involves rules, codes and moral of its own. Thus, using the same violence, in most of the times physical, becomes a coping strategy often necessary for survival. However, it was found that these practices can contribute negatively to the mental health of this population. With this, interventions are considered necessary to reduce the damage associated with violence. For this, it is relevant to understand this phenomenon fully in its complexity when thinking about effective and humanized public policies and professional practices, taking into account the entire political, structural, historical, cultural and relational context that these people experience. Despite some limitations of the study, it is considered that this contributed to new practices and looks on the subject. Finally, new studies on this subject are suggested, so that more empirical support can be given to this research.

Keywords: Social Representations. Violence. Homeless.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dendrograma <i>Corpus</i> Violência.....	48
Figura 2 - Diagrama explicativo da organização dos artigos.....	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Categorização das atribuições de causalidade da violência....	49
Tabela 2. Frequência das Famílias de <i>Coping</i> e EE.....	50
Tabela 3. Correlações entre <i>coping</i> e características sociodemográficas.....	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CENTRO POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CEPSH – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CHD – Classificação Hierárquica Descendente
DP – Desvio Padrão
DST's – Doenças Sexualmente Transmissíveis
EE – Estratégias de Enfrentamento
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOM - Instituto Comunitário da Grande Florianópolis
IRaMuTeQ – Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires
LACCOS – Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e da Cognição
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social
MNPR - Movimento Nacional da População em Situação de Rua
OMS – Organização Mundial da Saúde
PM – Polícia Militar
RS – Representações Sociais
SAPSI – Serviço de Atenção Psicológica
SEAS- Serviço Especializado em Abordagem Social
SPA – Substâncias Psicoativas
ST – Segmentos de Texto
TAC – Teoria da Atribuição de Causalidade
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TMC- Teoria Motivacional do *Coping*
TRS – Teoria das Representações Sociais
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
1.1 OBJETIVOS.....	34
1.1.1 Objetivo Geral	34
1.1.2 Objetivos específicos	34
2 MÉTODO	35
2.1 DELINEAMENTO DE PESQUISA	35
2.2 PARTICIPANTES E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	35
2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO	36
2.4 COLETAS DE DADOS	37
2.5 PROCEDIMENTOS	38
2.6 ANÁLISE DE DADOS	39
2.6.1 Análise das representações sociais da violência	40
2.6.2 Análise dos fatores influenciadores da violência	41
2.6.3 Análise do enfrentamento da violência	41
2.7 PROCEDIMENTOS ÉTICOS	42
3 RESULTADOS	43
3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES	43
3.2 APRESENTAÇÃO DAS CLASSES, CATEGORIAS E ELEMENTOS DE ANÁLISE.....	45
3.2.1 Apresentação dos resultados das RS da violência	45
3.2.2 Apresentação dos resultados das atribuições de causalidade da violência	47
3.2.3 Apresentação dos resultados das estratégias de enfrentamento	48
3.3 COMPILADO DOS RESULTADOS GERAIS	51
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	53
4.1 ARTIGO 1 - REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	55
4.2 ARTIGO 2 - ATRIBUIÇÕES DE CAUSALIDADE DA VIOLÊNCIA PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E FATORES ASSOCIADOS	56
4.3 ARTIGO 3 - ENFRETEAMENTO DA VIOLÊNCIA EM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	57
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS.....	67
APÊNDICE A.....	76
APÊNDICE B.....	77

1 INTRODUÇÃO

A violência é um fenômeno complexo e multifacetado, presente em qualquer sociedade e contexto. Ela tem se tornado cada vez mais presente em nosso cotidiano. É fácil observá-la nas manchetes dos jornais, nas palavras arraigadas de estigmas contra determinado grupo social, nas tradições familiares, que muitas vezes excluem seus próprios integrantes, nas ofensas de chefes no trabalho, nas relações de poder e dominação, que legitimam a violência, quando caminhamos na rua e uma pessoa em situação de rua se torna invisível, entre outras várias situações corriqueiras. De acordo com Adorno (2002), a violência é inerente às relações sociais e varia de acordo com a particularidade dessas relações em diferentes sociedades.

Conforme Porto (2015), o conceito de violência é polissêmico e defini-lo é uma tarefa espinhosa, pois se por um lado não há uma definição que se “aplique” a qualquer sociedade, por outro, o relativismo não leva a lugar algum. A delimitação do conceito implica precaver-se contra o risco de assumir a violência como um fenômeno intrínseco ao ser humano, naturalizando algo que é socialmente produzido (Hayeck, 2009). Assim, uma possibilidade seria considerar a violência como qualquer ação intencional, de um indivíduo, grupo ou instituição dirigida ao outro, que possa causar prejuízo ou danos (Minayo & Souza, 1998). Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi, & Lozano (2002) também definem a violência como o uso de força ou poder, em ameaça ou prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. A violência pode ter diferentes formas de expressão: direta (física, sexual, psicológica e negligência); estrutural (discriminação, exploração, marginalização ou dominação); e, cultural (relações de poder e racionalizações e atitudes que justificam e legitimam a violência) (Galtung, 1998; Martinelli, Oliveira, & Santos, 2017; Moré & Krenkel, 2014). As definições mencionadas abarcam uma ampla gama de contextos em que o fenômeno da violência se manifesta. Além disso, Porto (2015) salienta que a violência não ocorre apenas no campo individual, mas, sim produzida socialmente, expressando a força como organizador das relações sociais.

Em decorrência das desigualdades sociais e dos processos de exclusão, em nossa sociedade há algumas camadas da população em que a violência está constantemente presente. A população em situação de rua, por exemplo, vive e convive diariamente com esse fenômeno. Para a Política Nacional para a População em Situação de Rua, este grupo

populacional é heterogêneo e possui em comum a pobreza extrema, os vínculos rompidos ou fragilizados e a ausência de moradia convencional, utilizando com isso, os espaços públicos e as áreas degradadas como moradia e sustento, de forma temporária ou permanente (Brasil, 2009).

Em relação à nomenclatura, Oliveira e Feitosa (2016) descrevem que ao longo da história, diferentes nomes foram designados a esta população. Campos (2016) apresenta alguns dos termos utilizados: sem-teto, sem-abrigo, mendigos, população em situação de rua, povo da rua, população de rua, pessoa em situação de rua e moradores de rua. Estes nomes foram atribuídos de acordo com o momento histórico, social e cultural. Ferreira e Alves (2015) criticam a nomenclatura “moradores de rua”, pois é o oposto do que caracterizam as pessoas que vivem nas ruas, estas que não possuem residência. Em contrapartida, Campos (2016) alega que esse termo traz um elemento comum a todos, o compartilhamento da habitação do espaço público, já a expressão “em situação de” produz um sentido de temporário, sendo que em muitos casos ela a moradia na rua é fixa, seja por escolha ou por falta dela. Apesar das divergências, para este estudo, optou-se por usar o termo divulgado pelas Políticas Públicas brasileiras: população (plural) /pessoa (singular) em situação de rua. Além disso, para esta pesquisa serão consideradas tanto as pessoas em situação de rua que acessam serviços e instituições públicas, como os que não acessam.

Existem poucas pesquisas com dados estatísticos dessa população. O próprio Censo, realizado pelo IBGE, não contabiliza, devido à falta de referência de moradia (Ferreira & Alves, 2015). Apenas em 2008, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - realizou o I Censo e Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Este teve o intuito de quantificar e caracterizar o grupo (Brasil, 2008). O levantamento abordou 31.922 pessoas em situação de rua com 18 anos ou mais, em 71 dos maiores municípios do Brasil. De acordo com os dados principais, apenas 16% dessas pessoas pedem dinheiro para sobreviver; 82% são homens; 79,6% possuem acesso a refeição uma vez por dia; a dependência química (35%), o desemprego (30%) e os conflitos familiares (29%) são as principais razões de estarem nas ruas; e 69,3% possuem medo da violência ao dormirem na rua (Brasil, 2008).

Nesse sentido, algumas pesquisas pontuam os principais motivos para a ida às ruas, sendo estes: fatores sociais, como problemas familiares associados à violência física, psicológica e sexual perpetradas por familiares; econômicos, como o empobrecimento; políticos,

conflitos de valores; e, psicológicos, como uso de álcool e drogas e transtornos mentais (Biscotto, 2015; Campos, 2016; Fazel, Geddes, & Kushel, 2014; Kirkman, Keys, Bodzak, & Turner, 2015; Lalonde, & Nadeau, 2012). A partir disso, a população em situação de rua constitui um grupo marginalizado e excluído socialmente na perspectiva da maioria social (domiciliados). Em contrapartida há uma pertença social em um grupo minoritário considerados em situação de rua, e a partir desse sentimento de pertencimento em alguns momentos e de excluídos em outros é que se dá a formação das suas identidades sociais e das suas relações entre estes grupos. Cabe ressaltar ainda, que os grupos de pessoas em situação de rua referidos neste estudo são compreendidos enquanto categoria social e não como grupo real.

A população em situação de rua, historicamente, foi invisível ao Estado e à sociedade. Apenas nos anos 90, com a Constituição de 1988, que responsabilizava o Estado pela garantia de direitos sociais, e com a Lei Orgânica da Assistência Social (nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993), a população em situação de rua passou a ser alvo de serviços e programas governamentais, voltados para a garantia de dignidade e do direito à cidadania (Oliveira & Feitosa, 2016). A partir disso, o MDS tem elaborado políticas públicas, como o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop e o Serviço Especializado em Abordagem Social - SEAS, que possuem como finalidade o atendimento e acompanhamento desta população (Brasil, 2013).

A atenção do Poder Público com a população em situação de rua é advinda de lutas sociais (Costa, 2005). O desinteresse do Estado por esse segmento populacional reflete a contradição com que a sociedade trata a temática, ora com compaixão, ora com repressão e indiferença. Além disso, segundo Giorgetti (2014), a situação de rua se transforma em questão social quando é inscrito na agenda pública do governo, a qual é refletida nos modos de pensar da sociedade. Assim, se há representações sociais pejorativas em relação a este público, dificilmente ele se tornará uma questão social. Essas representações têm propiciado que parte das políticas públicas, sejam da alçada da segurança pública, contribuindo para a criminalização (Costa, 2005). Assim, Silva (2013) afirma que o Estado busca eliminar aquilo que atrapalha e enfeia as ruas, visto que a miséria, que não pode ser escondida, deve ser eliminada. Nessa direção, Rubio-Martín (2017) afirma que as “novas” tendências criminalizadoras fazem parte do legado histórico difícil de erradicar, com velhas políticas punitivas e repressivas que não foram superadas em sua totalidade.

Nesse sentido, pessoas que vivem em situação de rua estão em constante vulnerabilidade e isso amplia as situações de violência. Sobre essa questão, Rosa e Brêtas (2015) refletem: “A vida na/e da rua não permite clichê; ela é múltipla, é complexa, é lócus de conflito e contradição social; aliás, viver na/e da rua por si é uma violência e escancara a desigualdade de direitos dentro de uma sociedade” (p.276). Diversas pesquisas apontam as diferentes modalidades e autores das violências vivenciadas na rua, e as suas interseccionalidades, como por exemplo: crianças e adolescentes, população LGBT, mulheres, pessoas com psicopatologias, entre outros (Alles, 2010; Campos, 2016; Costa, 2005; Ferreira & Alves, 2015; Nonato & Raiol, 2016; Oliveira & Feitosa, 2015; Pereira, 2008; Resende & Santos, 2012; Resende, 2016; Rosa & Bretas, 2015; Silva, 2013; Sotero, 2011). Assim, considera-se essencial o estudo das diversas especificidades que perpassam a população de rua, como gênero, raça/cor, idade e deficiências físicas e mentais (Brasil, 2008). Nesse estudo, especificamente será abarcado as diferentes modalidades e autores dessas violências vivenciadas no contexto da rua, em relação a população adulta.

De acordo com Silva e Huning (2015) as vidas de quem habita a rua são relegadas a um responsabilizar-se por si, com uma banalização da violência que sofrem como algo intrínseco à vida que possuem. Nos últimos anos, Kunz (2012) refere o aumento de intolerância, extremismo e violência, marcados por atos de humilhação, agressão e culpabilização de pessoas em situação de rua. Nonato e Raiol (2016) afirmam que as violências materializadas de forma explícita ou velada, continuam reafirmando as dominações e a lógica da higienização da população em situação de rua. Nesse sentido, o viver nas ruas se constitui em uma incerteza de continuidade da vida, em um regime de exceção (Silva & Huning, 2013). Assim, sobreviver nas ruas, significa estar em risco. Risco de ter os pertences roubados, de ser agredido fisicamente ou verbalmente por alguém, de ser vítima de violência sexual, entre outros (Costa, 2005). As violências na rua são advindas de todos os lados: pelo Poder Público; dos agentes de segurança pública; da própria sociedade civil; e de outras pessoas em situação de rua (Nonato & Raiol, 2016; Pereira, 2008).

Em relação ao Poder Público, compreende-se que ele viola frequentemente os direitos à vida, liberdade, igualdade, segurança e elabora políticas públicas insuficientes e ineficientes, de moradia, alimentação, educação, saúde, trabalho, lazer, entre outros. Com essas violações de direitos, a população em situação de rua é violentada (Martinelli, Oliveira, & Santos, 2017; Nonato, & Raiol, 2016). Kunz

(2012) comenta sobre a violência nos próprios albergues devido ao excesso de regras, com os quais seu público não consegue lidar. Além disso, Andrade, Costa e Marquetti (2014) pontuam que as intervenções com as pessoas em situação de rua, possuem como objetivo a higienização, mostram-se impositivas e são pautadas pelo disciplinamento. Kunz (2012) e Silva (2013) apresentam que o poder público inventa modos violentos, como retirar pertences, molhar os locais para não permanecerem nos mesmos, criar regras para limitar o acesso em políticas públicas, entre outros. No entanto, não criam-se possibilidades que levem a saída das ruas de forma digna.

Levin (2015) acrescenta a necessidade de intervenção adequada do poder público nas situações de violência contra população em situação de rua. Levin (2015) parte da realidade dos Estados Unidos e argumenta a necessidade de incluir pessoas em situação de rua, que são amplamente vitimados, estereotipados e vulneráveis, nas Leis de crimes de ódio no país, por estes serem frequentemente atacados por motivos baseados em preconceitos. O autor explica que a Lei deve dissuadir essas violências para que os infratores não considerem as vítimas como alvos legítimos. Esse autor (2015) comenta, por exemplo, sobre uma série de filmes “Bumfights”, que retratam a brutal violência contra pessoas em situação de rua como entretenimento (paga-se recompensas a quem enviar vídeos violentos contra essa população).

Com relação aos agentes de segurança pública, Campos (2016) e Sotero (2011) afirmam que as autoridades levam seus pertences, desmontam barracos, realizam frequentes “revistas”, agem com violência sem motivos, dificultando com isso, sua existência e intensificando ainda mais a situação de vulnerabilidade. A violência policial foi apontada por Alles (2010) e Campos (2016) como um dos principais alcoses de pessoas em situação de rua, utilizando de violência física e verbal para qualquer situação. Resende (2018) ainda refere que as ações de controle e vigilância pelo aparato policial são postos a serviço dos privilégios de outros segmentos da população, sendo que pessoas em situação de rua tornam-se corpos manipuláveis, tomadas como incômodas ou perigosas.

A sociedade civil também contribui para a violência. As pessoas em situação de rua são socialmente reconhecidas como drogadas, sujas, doentes, criminosas em potencial, coitadas ou perigosas, evidenciando a discriminação (Carrascal & Londoño, 2009; Mattos & Ferreira, 2004; Moura, Ximenes, & Sarriera, 2013). Borges e Almeida (2017) afirmam que as representações sociais pejorativas e a estigmatização sobre essa população, que circulam na sociedade em geral são materializadas nas

relações sociais e legitimam as formas de violência, suscitando ações que transitam pela indiferença, repulsa, à violência física, chegando até aos homicídios. Nesse sentido, Jodelet (2011) afirma que os estereótipos possuem como objetivo excluir um grupo, por uma desumanização que legitima o desprezo e o medo e justifica as violências. Conforme Melo (2014), entre 2011 e 2012, o Centro Nacional de Defesa de Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Material Reciclável, contabilizou mais de 250 homicídios no País.

A mídia tende a contribuir para essa situação, associando muitas vezes a população em situação de rua à sujeira e à violência. (Ferreira & Alves, 2015; Resende, 2016). Nesse sentido, algumas pesquisas dedicaram-se a investigar as Representações Sociais que circulam pela mídia tanto tradicional como alternativa sobre pessoas em situação de rua (Alles, 2010; Almeida, 2011; Bortoli, 2017; Ferreira & Alves, 2015; Oliveira & Feitosa, 2016; Resende, 2016; Resende & Santos, 2012; Tilio & Oliveira, 2016). Em geral, encontraram que algumas das violências sofridas e/ou praticadas referiam-se a assassinatos, queima de pessoas enquanto dormiam, espancamentos, estupros, confrontos com a polícia, roubos e mortes. Além disso, a mídia normalmente colabora para a não aceitação dessas pessoas, através de um suposto perigo que elas representariam, propagam representações negativas, além de validar práticas violentas (Almeida, 2011; Ferreira & Alves, 2015; Resende & Santos, 2012). Ferreira e Alves (2015) e Resende (2016) expõe que raramente as pessoas em situação de rua são ouvidas, violentando também no sentido epistêmico, como define Spivak (2010), pois, estes não participam de sua própria representação.

Além da população civil, há a violência vinda de outras pessoas em situação de rua. A rua é vista como um lugar onde não pode existir a fraqueza, pois ser “fraco” representa uma trajetória de exploração e de agressão (Moura, Ximenes, & Sarriera, 2013). Campos (2016) e Huey (2016) apresentam a importância sobre as regras na rua, onde os espaços possuem um poder hierárquico, sendo necessário se afirmar enquanto sujeito, se protegendo ou dominando. Assim, as pessoas em situação de rua podem ser os algozes de seus pares, reproduzindo a ideologia opressora dominante. Para além, Huey (2016) acredita que é necessário contextualizar as relações violentas na rua a fim de não “demonizá-las”, visto que estas se tornam uma solução viável e necessária para enfrentar a realidade nas ruas. Dessa forma, a violência torna-se constitutiva do viver na rua.

Outra questão importante relacionada à violência nas ruas é a especificidade da vivência de mulheres neste contexto. De acordo com

Misganaw e Worku (2013) e Rosa e Brêtas (2015), nas ruas, as mulheres vivenciam disputas territoriais, opressões de gênero, abuso, contaminação de DST's, tráfico de drogas e práticas higienistas. Em diversas pesquisas, a motivação para a ida e permanência de mulheres para as ruas foi relacionada ao histórico de violências sofridas no contexto familiar, a renda insuficiente e a ruptura dos vínculos sociais (Alles, 2010; Biscotto, 2015; Campos, 2016; Khana, Yadav & Kohli, 2017; Machado, 2016; Monteiro & Almeida, 2015; Rosa & Bretas, 2015). Assim, a vida nas ruas representa a melhor alternativa encontrada. No entanto, segundo alguns autores (Long, 2015; Machado, 2016; Roso & Santos, 2017), a violência muitas vezes se perpetua neste contexto. Além disso, Siqueira et al. (2018) denunciam ações do Estado que violam o direito da vivência da maternidade dessas mulheres. Em contrapartida, Rosa e Bretas (2015) desconstruem os estereótipos de frágeis e dependentes, pois em seu estudo encontraram que as mulheres também protagonizavam disputas por espaço e poder nas ruas. Machado (2016) salienta a importância da questão de gênero e outros marcadores para pensar as mulheres nas ruas.

É importante destacar que em decorrência de tantas relações baseadas na violência pode ocorrer consequências negativas à saúde mental das pessoas em situação de rua, contribuindo para sintomas e diagnósticos como transtorno de estresse pós-traumático, ansiedade e depressão (Huey, 2016; Kirkman, Keys, Bodzak & Turner, 2015). Para isso, a população em situação de rua muitas vezes cria estratégias de enfrentamento para as situações de violência, estas podem ser adaptativas ou mal adaptativas, conforme a Teoria Motivacional do *Coping* (TMC) (Skinner & Welborn, 1994; Skinner et al., 2003; Skinner & Zimmergembeck, 2016). Compreende-se que a utilização desta teoria contribui no aprofundamento da temática.

Para a TMC, o *coping*, ou estratégia de enfrentamento, é um conjunto de esforços autorregulatórios que ajusta as respostas do indivíduo para lidar e enfrentar situações compreendidas como estressoras (Skinner & Zimmer-Gembeck, 2009). Skinner et al. (2003) realizaram uma revisão sistemática e agruparam diferentes categorias em uma estrutura hierárquica, apontando os diferentes níveis em que as respostas de *coping*, estratégias de enfrentamento e o processo adaptativo se relacionam. Os autores propuseram 12 famílias: autoconfiança, busca de suporte, resolução de problemas, busca de informações, acomodação e negociação, estão ligadas a estratégias adaptativas; e, as categorias: delegação, isolamento, desamparo, fuga, submissão e oposição, estão às estratégias mal adaptativas (Skinner,

2007; Skinner et al., 2003; Skinner & Zimmer-Gembeck, 2009; Ramos, Enumo, & Paula, 2015). Cada família se relaciona a uma das três necessidades básicas (relacionamento, competência e autonomia). As consequências – desfecho adaptativo ou mal adaptativo – relacionam-se ao efeito para a saúde a médio e longo prazo e influencia a visão que o indivíduo constrói de si, dos outros e do mundo. Além disso, algumas estratégias podem ser adaptativas em curto prazo, mas se mantidas em longo prazo, passam a ser mal adaptativas. Assim, é necessário realizar uma análise funcional do comportamento (Skinner & Welborn, 1994).

Skinner e Zimmergembeck (2016) também pontuam a importância da questão social, pois é a partir das interações sociais durante o desenvolvimento humano é que se constroem estratégias de enfrentamento. Nessa perspectiva, há evidências de que os modelos de Representações Sociais (RS) podem ser importantes para o desenvolvimento de sistemas de enfrentamento (Thompson, 2015; Skinner & Zimmergembeck, 2016). Assim, compreende-se a importância das relações sociais que pessoas em situação de rua constroem para a (re) elaboração de estratégias de enfrentamento. Como exemplo, pode-se afirmar as relações com profissionais que atendem esta população, que auxiliam na ressignificação da violência e nas estratégias utilizadas para lidar com o fenômeno, assim como o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), que tem auxiliado na luta contra as violações dos direitos humanos (Pizzato, 2012).

Compreende-se que a população em situação de rua elabora diferentes estratégias de enfrentamento para lidar com as vivências violentas na rua. No sentido de coping adaptativo, por exemplo, Campos (2016) apresenta que, as pessoas em situação de rua formam laços entre si, e aos que demonstram respeito, há sempre a solidariedade e ajuda de seus pares. Além disso, seus vínculos com instituições governamentais e não governamentais, possibilitam suprir as necessidades para sobrevivência (Biscotto, 2015; Kunz, Heckert, & Carvalho, 2014). Já em relação ao coping mal adaptativo, Huey (2016) e Monteiro e Almeida (2015) afirmam que o uso da mesma violência e o uso de álcool e outras drogas são frequentemente entrelaçadas na vida dessas pessoas, como forma de lidar com as dificuldades do cotidiano. Além disso, Nobre, Moreno, Amorim e Souza (2018) apresentam as formas de resistência operadas em reinvenções dos modos de vida, do cotidiano e das formas de estar no mundo.

A partir das colocações apresentadas, vislumbra-se a importância de um estudo sobre a temática a partir da Teoria das

Representações Sociais (TRS). A TRS foi elaborada por Moscovici em 1961, o qual propôs uma teoria que analisa os processos, os quais, em interação social, os indivíduos elaboram teorias sobre determinado objeto social. Moscovici (1982) introduz o termo “sociedade pensante”, relativo à construção do conhecimento, da apropriação, da transformação e do compartilhamento, assumindo um aspecto de saberes informais que impactam as relações sociais de modo geral.

A TRS compreende um conjunto de conceitos, ideias e explicações sobre a realidade, originadas na vida cotidiana, a qual é refletida nas formas de uma sociedade adquirir conhecimento sobre o mundo, de maneira que o não familiar se torne familiar (Moscovici, 1982, 2003). Além disso, estabelece-se como uma forma de conhecimento, que é produzido e partilhado pelas pessoas com o objetivo de construir uma realidade comum aos membros de um grupo, sendo que o contexto social e ideológico, o lugar que o indivíduo ocupa no grupo, sua história, os determinantes sociais e os sistemas de valores influenciam a organização da RS (Jodelet, 2001; Sá, 1996).

As Representações Sociais segundo Moscovici (1978) podem ser descritas como verdadeiras teorias do senso comum, “ciências coletivas”, pelas quais se constroem à interpretação e as realidades sociais. Villas-Boas (2010) afirma que o indivíduo age orientado pelas representações construídas pelo grupo social ao qual pertence, sendo estas, fruto das experiências cotidianas somadas à resignificação de conhecimentos historicamente consolidados. Com isso, julga-se importante conhecer as RS de um grupo social quando se pretende entender o seu modo de agir.

A TRS possui diferentes abordagens, este estudo baseou-se na dimensional, a qual define que as RS estão organizadas conforme as proposições, reações ou avaliações de cada cultura ou grupo social, estruturando-se em três dimensões: (1) informação, que consiste na organização dos conhecimentos de um grupo em relação à um objeto; (2) atitude, que refere-se à orientação em relação ao objeto e à tomada de posição em relação ao objeto; e, (3) campo ou imagem, que consiste na imagem, conteúdo concreto de um aspecto do objeto, no qual há uma unidade hierarquizada de elementos (Moscovici, 2012). Essas dimensões fornecem a visão integral de seu conteúdo e sentido, sendo fundamental para a análise deste estudo.

Em relação ao fenômeno da violência, Porto (2015) argumenta a importância dos estudos que utilizam a TRS, tendo em vista a necessidade do não julgamento normativo ou valorativo, pois o que está em questão não é o “correto”, mas o que é vigente, a partir das crenças,

ideias e explicações das pessoas. Assim, nas RS sobre a violência surgem os sentidos empíricos, elaborados pelo senso comum, envoltos por valores orientadores de condutas, que aportam o conhecimento cotidiano e influenciam nas práticas sociais e violentas (Porto, 2015).

Além da Teoria Motivacional do *Coping* e da TRS, utilizou-se outros referenciais teóricos relevantes da Psicologia, para aprofundar o conhecimento do fenômeno da violência no contexto da rua. A teoria da atribuição causal contribuiu nas discussões, tendo em vista a relevância do estudo desta com a TRS, pois segundo Hewstone (2001), ao elaborar as RS, as pessoas tendem a realizar explicações espontâneas aos acontecimentos sociais. A Teoria de Atribuição de Causalidade refere-se à elaboração que os indivíduos realizam de diversas inferências e explicações dos motivos, das causas, das influências, entre outros, das ocorrências observáveis, sendo estas percebidas pelo sujeito e não causas reais. Assim, essas atribuições causais têm influências sobre nossas reações afetivas e comportamentais (Tróccoli, 2011).

A teoria foi proposta por Heider (1958), o qual afirma que as pessoas tendem a se utilizar de causas internas (disposicionais, próprias ao indivíduo) ou externas (situacionais, devidas a circunstâncias físicas ou sociais) para explicar os acontecimentos sociais. Posteriormente, tais afirmações foram refinadas por outros autores, como por exemplo, Weiner (2005), o qual refere que um mesmo problema pode ser compreendido como decorrente de causas diversas, de acordo com o processo perceptivo. Assim, esta teoria e a TRS contribuem na compreensão da construção e do conteúdo das explicações realizadas sobre os aspectos influenciadores da violência.

Devido a relevância da temática, há na literatura científica alguns trabalhos que relacionam o contexto da população em situação de rua com a perspectiva da TRS, tendo como alguns resultados e discussões o fenômeno da violência (Alcantara, Abreu, & Farias, 2015; Alles, 2010; Ferreira, & Alves, 2015; Mattos, & Ferreira, 2004; Oliveira, & Feitosa, 2016). No entanto, compreende-se a necessidade de ampliar o conhecimento das RS neste contexto, focalizando o fenômeno da violência.

Tendo em vista o crescente número da população que está em situação de rua e de que há um número reduzido de estudos científicos encontrados até o momento que relacionam a temática da violência neste contexto com representações sociais, faz-se necessário realizar novas pesquisas e descobertas sobre as representações sociais que envolvem esse público em específico, os relacionando com o fenômeno da violência. A relevância científica deste estudo, portanto, está em

contribuir para o avanço nos estudos relacionados a esse tema, contribuindo para o incremento do conhecimento científico já existente.

Do ponto de vista social, dar espaço para que pessoas em situação de rua falem sobre suas crenças, suas vivências e relações com a violência, colabora para a desconstrução de estigmas, a desnaturalização da violência e permite uma maior visibilidade das problemáticas existentes nas relações sociais desta população tão marginalizada. Além disso, o estudo possibilita subsídios para uma estruturação adequada de políticas públicas específicas para esse público. Compreender os aspectos concernentes às representações sociais de pessoas em situação de rua sobre a violência permitirá uma maior compreensão dos comportamentos relacionados a esse fenômeno, instrumentalizando técnicos de serviços que atendem a população em situação de rua. Assim, esse estudo possibilita que outras pessoas construam novos olhares e perspectivas sobre a população em situação de rua e o fenômeno da violência.

Esta dissertação busca compreender a forma como as pessoas em situação de rua constroem, elaboram e compartilham as representações sociais da violência. Assim, esse estudo respondeu à pergunta de pesquisa: *Quais as representações sociais da violência para pessoas em situação de rua?*

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

- Compreender as representações sociais da violência para pessoas em situação de rua.

1.1.2 Objetivos específicos

- Caracterizar as representações sociais da violência na rua para pessoas em situação de rua.

- Compreender a atribuição de causalidade da violência para pessoas em situação de rua e fatores associados.

- Identificar as estratégias de enfrentamento frente à violência utilizadas por pessoas em situação de rua.

2 MÉTODO

2.1 DELINEAMENTO DE PESQUISA

A presente pesquisa trata-se de um estudo de abordagem multimétodos, ou seja, tanto quantitativa como qualitativa; de natureza exploratória, visto que o aprofundamento acerca do fenômeno da violência na perspectiva das representações sociais foi pouco abordado nos estudos brasileiros e por não ter sido encontrado estudos até o momento que relacionem a temática na população em situação de rua com a perspectiva da TRS; e, descritiva, uma vez que descreveu e caracterizou as RS da violência (Gil, 2009; Sampieri, Collado, & Lúcio, 2013). Seu corte foi transversal, considerando que a coleta de dados ocorreu num determinado tempo cronológico (Richardson, 2009).

2.2 PARTICIPANTES E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

O estudo abrangeu 91 pessoas em situação de rua, maiores de 18 anos, ocupantes da região da Grande Florianópolis (Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu), Santa Catarina. O critério para o número de participantes atentou-se para o tipo de análise a qual a pesquisa inicialmente se propôs a realizar. Considerando que a proposta inicial consistia em um teste de evocação, foi estabelecido um número entre 80 a 100 participantes, no entanto, observou-se grande dificuldade dos participantes em compreender a tarefa, não sendo utilizado este instrumento nas análises. Controlou-se as variáveis sexo, tempo de permanência em situação de rua, idade e participação em movimentos sociais. Utilizou-se uma amostra não probabilística intencional, pois os participantes foram escolhidos com base em critérios decididos previamente, a fim de apreender informações aprofundadas (Gil, 2009).

Como critérios de inclusão foram considerados: maiores de 18 anos, estar em situação de rua por no mínimo um mês, concordância em participar da pesquisa e ocupar as ruas da Grande Florianópolis. Como critério de exclusão foi considerado os participantes que não apresentavam condições cognitivas, como linguagem, atenção e memória, as quais impossibilitassem a participação na pesquisa. Para a escolha dos locais e pessoas a serem entrevistadas, a pesquisadora contou com o auxílio de profissionais dos Serviços Especializados de Abordagem Social de cada município, os quais estão em contato com a população em situação de rua em seu cotidiano, além de outras pessoas, as quais a pesquisadora possui contato, tendo em vista sua experiência

profissional como psicóloga neste mesmo serviço em um dos municípios em que foi realizada a pesquisa.

2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO

O estudo foi desenvolvido na Grande Florianópolis (Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu), em Santa Catarina, por conveniência da pesquisadora, a qual possui contatos com profissionais que trabalham diretamente com a população em situação de rua desses municípios. A região proposta possui alto índice de migrações oriundas de municípios do interior do estado, de outros estados brasileiros e de outros países. Isso ocorre pelo discurso da qualidade de vida que a região pode proporcionar, assim os municípios citados são o destino de muitos indivíduos e famílias na busca de novas oportunidades. No entanto, essas buscas muitas vezes acabam sendo frustradas, e por vezes, esses indivíduos acabam ocupando vagas de empregos precários, habitando as periferias e permanecendo em situação de rua (Campos, 2016).

Em 2017, o Instituto Comunitário da Grande Florianópolis - ICOM elaborou e divulgou o “Diagnóstico Social Participativo da População em Situação de Rua na Grande Florianópolis”, com o objetivo de conhecer melhor a realidade e as necessidades desse segmento populacional neste território. O diagnóstico contou com a colaboração de pesquisadores voluntários oriundas da situação de rua para a aplicação de 937 questionários válidos. Entre os principais dados estão que: 77,8% são homens, 65% têm entre 30 e 49 anos, quase 70% está há menos de 5 anos nas ruas, 50% vive no município há menos de 1 ano, apenas 22% terminaram o ensino médio, 70% exercem atividade remunerada, 41% não possui nenhum vínculo afetivo, 88,5% possuem dificuldades no acesso à serviços de saúde, 88% consomem ou já consumiram algum tipo de drogas, 60% relataram já terem sofrido algum tipo de violência, sobretudo violência institucional (exercida pelos próprios serviços públicos, por ação ou omissão).

Esse diagnóstico contribui para se ter um panorama geral do contexto e da população alvo dessa pesquisa. Além disso, Campos (2016) relata que a população em situação de rua concentra-se na região central dos municípios, em que se localiza grande parte dos comércios e serviços públicos, com grande fluxo de pessoas durante o dia. A partir deste contexto e do crescente número de pessoas que estão em situação de rua, compreende-se a importância do estudo da população em situação de rua na região da Grande Florianópolis.

2.4 COLETAS DE DADOS

A técnica de coletas de dados foi composta respectivamente pelos seguintes instrumentos:

- 1) Entrevista semi-estruturada para caracterizar as representações sociais da violência;
- 2) Questionário sociodemográfico.

A primeira parte se caracterizou por uma entrevista semiestruturada, a qual segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013) se baseia em um guia de perguntas e o entrevistador tem a liberdade de realizar questões adicionais. Assim, foi previamente elaborado um roteiro (Apêndice A) a partir da revisão de literatura realizada, a qual buscou provocar a narrativa, e controlar o fluxo do diálogo em torno dos objetivos propostos. Gil (2009) afirma que a técnica de entrevista é adequada para a obtenção de informações sobre o que as pessoas pensam, elaboram, sentem, pretendem fazer, fazem, assim como as suas explicações sobre o mundo. Com isso, compreende-se a sua relevância na perspectiva da TRS.

Foram abarcadas questões mais gerais sobre as RS da violência e da violência na situação de rua, além de questões que possam contribuir para o aprofundamento da compreensão dessas representações, como a vivência da violência do sujeito em situação de rua no seu cotidiano, as representações dos fatores influenciadores do fenômeno e suas estratégias de enfrentamento neste contexto. Nesse sentido, Porto (2015) refere que o conhecimento das RS privilegia a linguagem em seu processo, e uma estratégia eficaz de entender o fenômeno da violência neste contexto é questionando como a população “explica” a sua realidade.

Foi utilizado um questionário sócio demográfico, para investigar as variáveis de caracterização dos participantes da pesquisa objetivando uma maior compreensão dos dados obtidos pelas entrevistas e algumas questões fechadas relevantes para a contextualização do participante da pesquisa. Esse questionário contou com questões abarcadas no Apêndice A.

Além das entrevistas, também foi realizado um diário de campo, no qual constaram: anotações detalhadas sobre as entrevistas, impressões subjetivas, comportamentos observados, acontecimentos

inesperados, espaço físico, comentários, reflexões, apontamentos sobre o que fora apreendido, entre outros. Schraiber (2005) ressalta que, o diário de campo, contribui nos registros de informações obtidas fora do momento da entrevista propriamente dita.

Nessa direção, Gehlen e Schuch (2012) alertam que as experiências de se pesquisar o universo de pessoas em situação de rua, marcado pela invisibilidade, vulnerabilidade e riscos sociais vão além dos registros formais em banco de dados e relatórios. As representações são verificadas em experiências e narrativas de quem vive o processo vivencial. As ambivalências na relação entre sujeitos díspares, até então distantes, embora vivendo próximos nos encontros anônimos na perambulação nas ruas, de um lado na sua condição cotidiana e de outro como transeuntes é resultado estratégico para os pesquisadores e os participantes e possibilita um bom encontro.

2.5 PROCEDIMENTOS

De início foi realizado um pré-teste para verificar se as técnicas e perguntas elaboradas foram adequadas à proposta do estudo. Em seguida, se iniciou a coleta dos dados. O acesso aos participantes foi realizado primeiramente por conveniência a partir da rede de relações da pesquisadora, a qual já trabalhou no Serviço Especializado em Abordagem Social de São José e a partir do contato com profissionais do mesmo serviço em outros municípios. Foi realizada uma reunião e/ou contato telefônico com os técnicos em que foi explicado os objetivos da pesquisa e solicitado informações sobre quais locais eram melhores para recrutar participantes e se haviam indicações de possíveis sujeitos para a entrevista. Além disso, foi utilizada a técnica de bola de neve ou *snowball sampling*, em que um participante entrevistado indica outro, que indica outra pessoa de sua rede e assim sucessivamente (Flick, 2009). Ademais, foram realizadas abordagens diretas na rua com essa população. O contato inicial ocorreu pessoalmente no próprio momento da coleta de dados.

Na coleta dos dados, os sujeitos foram convidados a participar da pesquisa, foi explicitado os objetivos, apresentado e solicitado a assinatura em duas vias (uma para o pesquisador e outra para o participante) do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B). Em seguida, foi realizada a entrevista, que teve a duração em geral de 10 a 20 minutos, e todo o conteúdo obtido por cada participante foi devidamente registrado por meio de um gravador de áudio e anotações, com o auxílio de uma prancheta para o apoio na escrita. Como a

entrevista foi realizada nas ruas, para diminuir o risco de interferências no áudio (ruídos do trânsito, entre outros) que possam contribuir na perda de alguns dados das entrevistas, houveram as anotações realizadas. Em decorrência da parte prática e logística da coleta de dados, as entrevistas foram realizadas pela pesquisadora e outra mestranda do Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição, a qual auxiliou em todo o momento das entrevistas. A mestranda contribuiu com a realização de anotações, manuseio do gravador e em alguns momentos, quando haviam muitas pessoas no mesmo local, realizaram-se entrevistas concomitantemente. Posteriormente os dados foram transcritos e analisados pela pesquisadora.

Ao fim da coleta de dados foi realizada uma dessensibilização, a partir de perguntas mais objetivas como o acesso a rede de serviços e participação do MNPR, além de perguntar para o participante se havia alguma dúvida ou outros apontamentos a serem feitos, objetivando minimizar as possíveis mobilizações originadas das entrevistas. Além disso, em alguns casos considerados necessários, os participantes foram orientados em relação a apoio psicológico e ao acesso à rede de serviços públicos de seu município, como: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop, Serviço Especializado em Abordagem Social, Centro de Referência Especializado da Assistência Social, Unidades Básicas de Saúde, Centros de Atenção Psicossocial e clínicas sociais de atendimento psicológico gratuito mais próximo do local em que a pessoa se encontrava.

2.6 ANÁLISE DE DADOS

Os dados coletados a fim de caracterizar a amostra foram submetidos à análise estatística descritiva (média, desvio-padrão e distribuição de frequências) e uma correlação de Spearman (entre as estratégias de enfrentamento e características sociodemográficas), com o auxílio do *software* PSPP versão 3. O PSPP é um software livre que se apresenta como uma alternativa gratuita e possibilita a geração de relatórios tabulados e gráficos, com a finalidade de analisar estatisticamente matrizes de dados para a inferência sobre correlações entre variáveis (<http://www.gnu.org/software/pspp/pspp.html>).

Para a análise das entrevistas considerou-se adequado separar entre as diferentes subtemáticas propostas conforme o roteiro de entrevista. Com isso, primeiramente uniu-se as respostas das três

primeiras perguntas de todos os participantes, relacionado à temática da violência como um todo, em um grande corpus contendo para cada participante uma linha de comando com as variáveis que identificavam o sexo, a idade, o tempo de permanência em situação de rua e se participava de algum movimento social. Em seguida, considerou-se as respostas dos participantes relacionadas à quarta pergunta do roteiro associadas aos fatores influenciadores da violência. E por último foram contempladas as estratégias de enfrentamento utilizadas pelos participantes em decorrência da violência, referente à quinta pergunta do roteiro de entrevista. Assim, cada subtemática foi analisada diferentemente a fim de contemplar os objetivos da pesquisa. Cabe salientar que a pesquisa não teve a intenção de obter uma generalização dos resultados.

2.6.1 Análise das representações sociais da violência

Para a análise das RS da violência foi utilizada a técnica de análise lexical de conjuntos de segmentos de texto, sendo esta análise submetida a uma Classificação Hierárquica Descendente (CHD), na qual a distribuição de vocabulário pelas classes é feita pela semelhança do vocabulário dos segmentos de texto do *corpus* inicial (Camargo & Justo, 2013). A CHD tem como objetivo criar classes de Segmentos de Textos (ST's) contendo, ao mesmo tempo, vocabulários semelhantes entre si, mas diferentes das ST's de outras classes. Além disso, foram realizadas outras análises complementares para melhor visualização dos resultados, como a análise de similitude, a qual possibilita identificar as coocorrências entre as palavras e auxiliando na identificação da estrutura do conteúdo (Marchand & Ratinaud, 2012); e a nuvem de palavras, que agrupa as palavras e as organiza graficamente em função da sua frequência, sendo visualmente interessante para um primeiro contato com os resultados (Camargo & Justo, 2013).

Esta análise foi realizada pelo programa informático IRaMuTeQ (Camargo & Justo, 2013; Ratinaud, 2009). Tal programa se trata de um software gratuito, que se ancora no *software* R, no qual permite múltiplas formas de análises estatísticas sobre corpus textuais e sobre tabelas de indivíduos por palavras. De acordo com Camargo e Justo (2013) o *software* foi criado no intuito de superar a costumada oposição entre o método de análise quantitativo e qualitativo, pois sua análise permite a quantificação e realização de cálculos estatísticos sobre as variáveis de essência qualitativas. No campo da psicologia social, particularmente nos estudos de representações sociais, tendo em

vista a importância que se atribui às manifestações linguísticas, as classes geradas pelo *software* podem indicar RS ou aspectos dela (Veloz, Nascimento-Schulze, & Camargo, 1999).

2.6.2 Análise dos fatores influenciadores da violência

Para a análise da atribuição de causalidade da violência, a quarta questão do roteiro da entrevista semiestruturada respondida por todos os participantes foi submetida à técnica de análise temático-categorial, que desmembra o conteúdo total e agrupa as categorias conforme os grupos de elementos que possuem características em comum (Bardin, 2009). Segundo Minayo (2007) a análise temático-categorial é uma boa estratégia metodológica para pesquisas qualitativas, tendo em vista que a noção de tema refere-se a uma afirmação a respeito de determinado assunto. O tema, de acordo com Bardin (2009), é a unidade de significação que naturalmente emerge de um texto analisado, respeitando os critérios relativos à teoria elaborada. A análise de conteúdo refere-se a um trabalho minucioso, que possui algumas etapas.

Assim, na primeira etapa da análise foi realizada uma pré-análise, a qual consiste na organização do material, realização da leitura flutuante do texto, que possui como objetivo estabelecer contatos exaustivos com os documentos a serem analisados e formar as primeiras impressões que auxiliam na orientação da análise. Posteriormente realizou-se o tratamento dos dados a partir da codificação do material textual em unidades de análise, a fim de identificar núcleos de sentido. Por fim, foi realizada a síntese dos resultados a partir da categorização, na qual os elementos temáticos foram agrupados de acordo com suas semelhanças e por diferenciação, e realizado um reagrupamento tendo em vista as características comuns, organizando-as em eixos temáticos (Bardin, 2009).

2.6.3 Análise do enfrentamento da violência

Para análise dos dados das estratégias de enfrentamento, primeiramente as entrevistas transcritas foram categorizadas em famílias de *coping* e estratégias de enfrentamento, conforme a classificação indicada por Skinner e Zimmer-Gembeck (2016). Os dados categorizados foram inseridos em planilha do Excel e após isso, foram transportadas para o *software* PSPP versão 3.

Realizaram-se estatísticas descritivas, como frequência, percentual, média e desvio-padrão. Além disso, realizou-se uma Correlação de Spearman, considerando ser uma medida não paramétrica, para verificar a relação das estratégias de enfrentamento utilizadas com os dados sociodemográficos.

2.7 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Conforme a Resolução Nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, essa pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade Federal de Santa Catarina, no qual avaliou-se se o estudo correspondia às orientações éticas de pesquisa. Os procedimentos éticos estabelecidos foram devidamente considerados: aos participantes foi garantida assistência, respeitando sua dignidade e autonomia, foi informado os principais objetivos da pesquisa, e que, se desejassem, poderiam desistir da participação a qualquer momento. O projeto obteve parecer favorável (parecer número 2.572.261) do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC. Posteriormente, terão livre acesso aos resultados da pesquisa. Ainda, a pesquisa respeita o sigilo dos participantes e a participação desses foi voluntária, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice B).

3 RESULTADOS

Os principais resultados deste estudo estão divididos em duas partes. Na primeira delas apresenta-se as características sociodemográficas dos participantes, a fim de auxiliar na contextualização dos dados da pesquisa. A segunda parte decorre do processo de análise das classes apresentadas pelo software IRaMuTeQ, pela análise de conteúdo e pelas análises estatísticas realizadas. Essas foram divididas em três partes: a primeira em relação as RS da violência, sendo submetida a análise de Classificação Hierárquica Descendente; a segunda relacionada às RS dos fatores influenciadores de violência, sendo utilizada análise temático-categorial de conteúdo; e por último, análises estatísticas descritivas e correlacionais, a partir da categorização previamente estabelecida pela Teoria Motivacional do *Coping*. Assim, será apresentada às classes, categorias, elementos de análise e resultados estatísticos que as compõem.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Na presente pesquisa foram entrevistadas 91 pessoas em situação de rua, sendo destes 75 homens e 16 mulheres, todos ocupando a região da Grande Florianópolis (57 em Florianópolis, 18 em São José, 9 em Palhoça e 7 em Biguaçu). Destes, 1/3 estão em situação de rua há menos de um ano, 1/6 estão entre um ano e quatro anos, 1/3 há mais de cinco anos e 1/6 intercalou entre períodos na rua e como residente, sendo a média de 5 anos e 8 meses nas ruas [DP: 7 anos e 8 meses]. Em relação à idade, 28 pessoas possuem entre 18 a 30 anos, 34 pessoas possuem entre 31 a 40 anos, 28 tem entre 41 a 60 anos, e apenas um com mais de 60 anos, sendo a média de 36 anos [DP: 10 anos].

Dentre os participantes, 21 são naturais do interior de Santa Catarina, 20 do Rio Grande do Sul, 18 são autóctones, 15 oriundos do Paraná, 14 de outros estados e três provenientes de outros países (dois uruguaios e uma chilena). Em relação ao local em que normalmente dormem, 33 participantes relataram dormir em lugares como marquises e viadutos, 24 relataram nunca dormir no mesmo lugar, 16 em praças, 10 em frente a lugares públicos ou com movimento de pessoas e oito apontaram outros lugares.

Quanto à escolaridade, 43 participantes possuem ensino fundamental incompleto, 11 possuem o ensino fundamental completo, sete com ensino médio incompleto, 17 com ensino médio completo,

quatro realizaram um curso técnico, oito possuem ensino superior incompleto e um concluiu o ensino superior. Em relação à atividade laboral, 43 afirmaram não exercer nenhuma atividade remunerada, 14 afirmaram trabalhar com artesanato, oito com reciclagem, cinco como servente, seis como flanelinha e/ou vendedor no sinaleiro, dois são aposentados e 13 citaram outras atividades autônomas.

Dentre os participantes, 65 relataram não possuir companheiro (a) e 26 possuem companheiro (a). Além disso, 31 afirmaram não possuir filhos, 22 possuem um filho, 19 possuem 2 filhos e 19 possuem mais de dois filhos. Dentre os que possuem filhos, 39 estão com a mãe da criança/adolescente, nove com a sua família, sete são adultos e um encontra-se institucionalizado. Além disso, oito viram o/os filhos há menos de um mês, 25 viram no último ano, 13 nos últimos cinco anos, oito há mais de cinco anos e dois nunca viram seus filhos.

Em relação às questões de saúde física e/ou mental, 57 pessoas afirmaram não possuir nenhuma questão física/mental, 16 relataram possuir algum comprometimento físico, seis afirmaram possuir alguma questão de saúde mental e 11 indicaram possuir várias questões tanto físico como mental. Quanto ao uso de substâncias psicoativas, 24 participantes afirmaram usar todas as substâncias psicoativas mencionadas: álcool, maconha, cocaína e crack (considerado por eles como “total flex”), 23 pessoas utilizam duas substâncias, como álcool e maconha (13), álcool e cocaína (dois), maconha e crack (quatro), maconha e cocaína (três) e álcool e crack (um), 18 usam maconha, 10 afirmaram não usar nada, um usa cocaína e um usa crack. Dentre os que usam alguma substância psicoativa, 12 afirmaram usar toda hora, 59 disseram usar todos os dias, sete usam entre uma a três vezes na semana, um a cada 15 dias e dois a cada 30 dias. Alguns relataram que não usavam com frequência, porém quando perguntado objetivamente, diziam que tinham usado naquele dia.

Quanto ao acesso a rede de serviços públicos dos municípios, 26 afirmaram não acessar nenhuma instituição, 23 acessam o Centro Pop, 20 disseram acessar serviços de saúde e assistência social, 13 acessam à Unidade Básica de Saúde, três citaram a Abordagem Social, outros dois tanto a Abordagem Social como o Centro Pop, um referiu acessar serviços da educação e da assistência social. Além disso, sete pessoas relataram frequentar igrejas como um apoio as necessidades básicas como marmitas entregues por membros religiosos e banhos oferecidos aos finais de semana. Em relação à participação em movimentos sociais, apenas 15 relataram participar, sendo destes, 13 do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR).

3.2 APRESENTAÇÃO DAS CLASSES, CATEGORIAS E ELEMENTOS DE ANÁLISE

Para a apresentação das classes, categorias e elementos de análise serão demonstradas as análises sintetizadas em quadros e esquemas para a visualização. Para isso, os dados serão divididos entre as três análises diferentes que foram realizadas.

3.2.1 Apresentação dos resultados das RS da violência

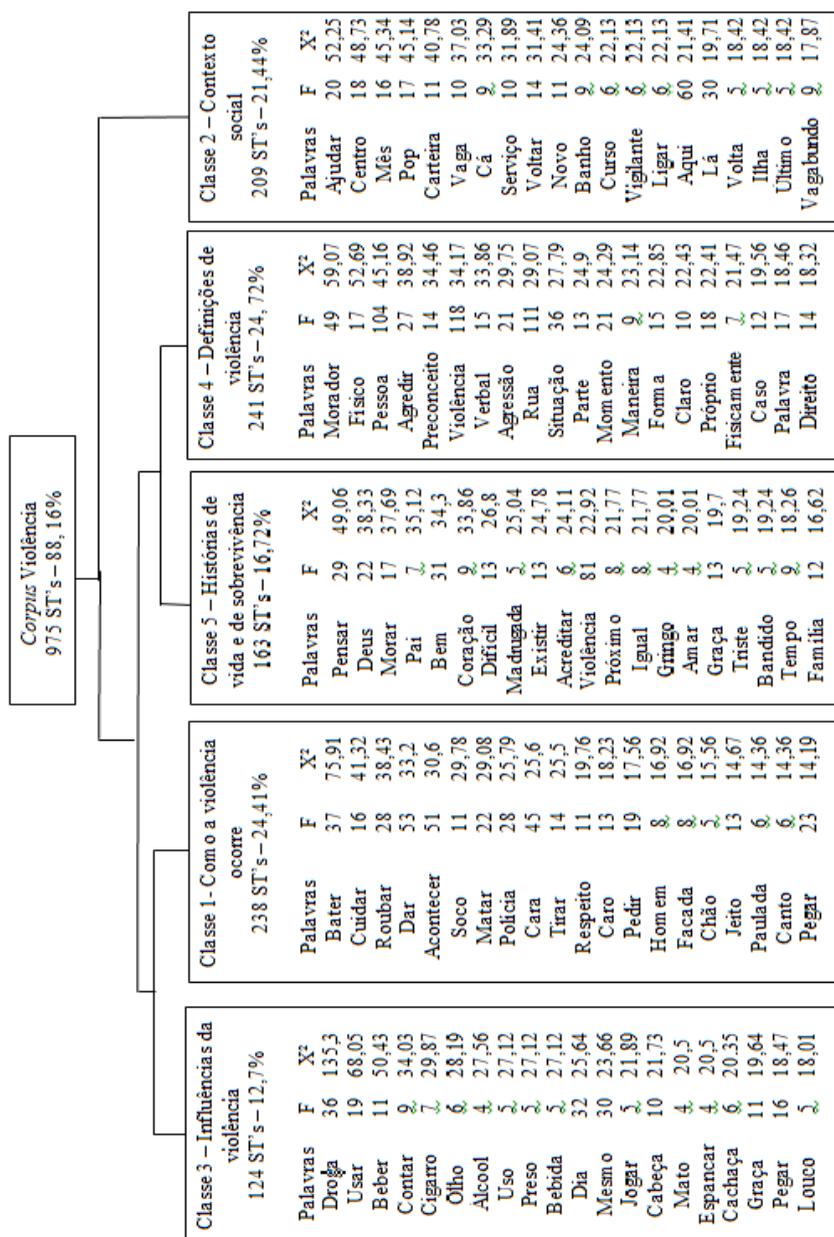


Figura 1. Dendrograma Corpus Violência.

3.2.2 Apresentação dos resultados das atribuições de causalidade da violência

Tabela 1. *Categorização das atribuições de causalidade da violência.*

Categoria	Subcategoria	Unidade temática
Contexto Social (f=30,6%)	Desigualdade (f = 43,48%)	Diferenças sociais Falta de oportunidades e de trabalho A vida na rua como espaço de tensão
	Governo e Falta de políticas públicas (f = 23,91%)	Governo corrupto (In) Justiça Falta de políticas públicas e não garantia de direitos fundamentais
	Preconceito (f = 15,21%)	Da população em geral Da polícia
	Mídia (f= 4,34%)	Como propagadora da cultura da violência
	Histórico relacional (f = 13,04%)	Violência intrafamiliar Amizades “ruins”
	Intrínseco da pessoa (f=28%)	Personalidade (f=32,55%)
Humor (f=15%)		Sentimentos negativos, de raiva e ódio Acordar de mau-humor
Agir errado (f=13,95%)		Fazer coisas erradas a outras pessoas Não saber “chegar” nos lugares.
Falta de ocupação (f= 11,62%)		Tempo ocioso Acontecer “do nada”
Falta de fé (f=6,98%)		Não ter fé Uma força do mal
Álcool e outras drogas (f=23,33%)		Alteração de humor (f=68,57%)
	Roubos e conflitos (f=31,42%)	Roubos para obter mais álcool e drogas. Conflitos entre pessoas em situação de rua para ter mais álcool e outras

	drogas	
Violência gera violência (f=18%)	Necessidade de revidar (f=80,77%)	Para se defender Para a violência não se repetir Orgulho pessoal Reciprocidade das ações
	Expectativa do outro (f=19,23%)	Pela cobrança dos outros por uma resposta à violência ocorrida

Fonte: Formulada pela autora (2018)

3.2.3 Apresentação dos resultados das estratégias de enfrentamento

Tabela 2
Frequência das Famílias de Coping e EE.

Necessidade Psicológica Básica	Família de Coping	EE	f(%)
Competência	Resolução de problemas f= 18 (19,80%)	Ação instrumental	13 (14,30%)
		Planejamento	6 (6,60)
		Estratégias	3 (3,30)
	Busca por informação f= 0 (0,00%)	-	-
		Desamparo f= 18 (19,80%)	Passividade
	Exaustão cognitiva		4 (4,40%)
	Fuga f= 26 (28,60%)	Esquiva	18 (19,80%)
		Fuga mental	7 (7,70%)
		Negação	5 (5,50%)
	Autoconfiança f= 29 (31,90%)	Regulação da emoção	16 (17,60%)
Regulação do comportamento		16 (17,60%)	
Aproximação		1 (1,10%)	

Relacionamento	emocional			
	Busca por suporte	Busca de conforto	5 (5,50%)	
	$f = 11$ (12,10%)	Busca de contato	4 (4,40%)	
		Ajuda instrumental	2 (2,20%)	
	Delegação	Busca de ajuda mal adaptativa	6 (6,60%)	
			$f = 7$ (7,70%)	1 (1,10%)
	Isolamento	Retraimento social	16	
$f = 22$ (24,20%)			(17,60%)	
		Evitar outros	7 (7,70%)	
Autonomia	Acomodação	Aceitação	5 (5,50%)	
		$f = 8$ (8,80%)	Reestruturação cognitiva	3 (3,30%)
			Distração	1 (1,10%)
			Minimização	1 (1,10%)
	Negociação	Persuadir	17	
			$f = 18$ (19,80%)	(18,70%)
		Barganhar	1 (1,10%)	
				1 (1,10%)
	Submissão	Ruminação	2 (2,20%)	
		$f = 3$ (3,30%)	Perseveração rígida	1 (1,10%)
Oposição	Pensamento intrusivo	1 (1,10%)		
			24	
	$f = 24$ (26,40%)	Agressão	(26,40%)	
	Culpar os outros	3		
		(30,30%)		
	Projeção	1 (1,10%)		

Fonte: Formulada pela autora (2018)

Tabela 3. Correlações entre coping e características sociodemográficas

	Sexo	Idade	Naturalidade	Escolaridade	Tempo que está na rua	Possui problema de saúde	Possui computador	Possui filho	Com quem filho está	Trabalha	Participa movimento social	Última vez usou drogas	Frequência de uso de drogas
ResP						0,268*							
Des	0,231*		-0,212*							0,227*	-0,225*		
AuIC							-0,276**						
Del					-0,265*								
Iso					0,273**								
Neg											0,274**		
Opó								-0,218*					
Plan									0,282**				
Estr		-0,220*											
Alus			-0,307**										
Pass													
Esq										-0,259*			
FugM													
RegC	0,213*				-0,251*								
RegE													
BusC													
AjuI	-0,325**												
AlMA													
Apie	-0,228*												
Rcog													
Pers													
Rum		0,212*											
PerR													
Agre													-0,277**

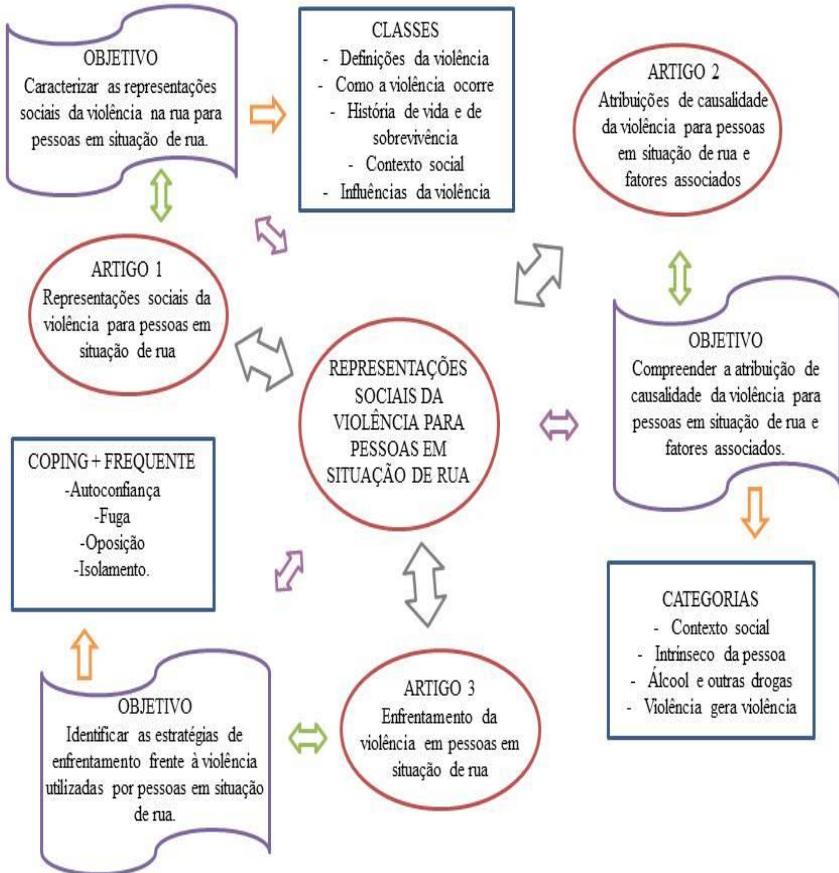
Legenda: ResP = Resolução de problemas; Des = Desamparo; AuIC = Autoconfiança; Del = Delegação; Iso = Isolamento; Neg = Negação; Opó = Oposição; Plan = Planejamento; Estr = Estratégias; Alus = Ação instrumental; Pass = Passividade; Esq = Esquiva; FugM = Fuga mental; RegC = Regulação comportamental; RegE = Regulação emocional; BusC = Busca de conforto; AjuI = Ajuda instrumental; AlMA = Ajuda mal adaptativa; Apie = Autopiedade; Rcog = Reestruturação cognitiva; Pers = Persuasão; Rum = Ruminação; PerR = Perseveração rígida; Agre = Agressão. *p ≤ 0,05; **p ≤ 0,001.

3.3 COMPILADO DOS RESULTADOS GERAIS

Os artigos, com seus respectivos resultados integram-se para responder ao objetivo geral “Compreender as representações sociais da violência para pessoas em situação de rua”. A seguir segue a Figura 2, compondo um diagrama explicativo de maneira esquemática, que apresenta os artigos que configuram o eixo da organização dos dados, os objetivos e os resultados simplificados que se associam a esta dissertação.

A sistematização proposta está fundamentada na análise, em profundidade, do material proveniente das entrevistas. Com isso, objetiva-se, por meio dessa organização, apresentar sucintamente as representações sociais, as atribuições de causalidade e as estratégias de enfrentamento apresentadas pelos participantes. Estes foram interpretados pela pesquisadora, que, mediante a integração dos dados, pretendeu apresentar uma perspectiva complementar e dinâmica das narrativas presentes.

Figura 2. Diagrama explicativo da organização dos artigos.



Fonte: Produzida pelo autor (2018)

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A discussão dos dados das pesquisas que compuseram esta dissertação aborda os principais resultados encontrados e as reflexões dos mesmos no formato de três artigos, com o objetivo de ir ao encontro dos parâmetros de divulgação do conhecimento científico vigente e dinamizar o processo de compartilhamento do conhecimento produzido com a comunidade científica. Cada artigo apresentado na sequência responde a um dos objetivos específicos da dissertação, buscando discutir e responder o fenômeno principal deste estudo, em torno do qual foram nucleados os dados. Salienta-se que as narrativas abarcaram tamanha diversidade de dados que acabaram por ultrapassar o objetivo geral do trabalho, os quais serão apresentados oportunamente, na construção de outros artigos e/ou em apresentação de congressos, principalmente em relação à especificidade das mulheres em situação de rua. É importante destacar ainda, que todos esses dados se constituíram num grande contexto de compreensão dos artigos elaborados para o presente trabalho.

O primeiro artigo intitulado “Representações sociais da violência para pessoas em situação de rua” teve como objetivo caracterizar as representações sociais da violência na rua para pessoas em situação de rua, contemplando o primeiro objetivo específico desta dissertação. As análises dos dados referem-se às três primeiras perguntas do roteiro de entrevista elaborado: “o que é a violência para você?; o que é a violência quando se está em situação de rua?; e, como a violência ocorre no seu dia-a-dia? ”, além do questionário sociodemográfico.

O segundo artigo intitulado “Atribuições de causalidade da violência para pessoas em situação de rua e fatores associados” teve como objetivo compreender os aspectos influenciadores da violência para pessoas em situação de rua e fatores associados, contemplando o segundo objetivo específico desta dissertação. A análise dos dados se relaciona à quarta pergunta do roteiro de entrevista: “o que você acha que influencia a violência?”, além do questionário sociodemográfico.

Por fim, o terceiro artigo intitulado “Enfrentamento da violência para pessoas em situação de rua” teve como objetivo identificar as estratégias de enfrentamento frente à violência utilizadas por pessoas em situação de rua, contemplando o terceiro objetivo específico desta dissertação. A análise dos dados refere-se à quinta pergunta do roteiro

de entrevista: “como você lida com a violência no seu dia-a-dia?”, além do questionário sociodemográfico.

Considerando que os artigos serão submetidos para avaliação em periódicos científicos da área, os quais aceitam para publicação somente trabalhos originais inéditos e com a finalidade de não duplicidade e autoplágio, os artigos desta dissertação foram apresentados em sua versão final em formato sintetizado e posteriormente poderão ser acessados na íntegra nas respectivas revistas.

4.1 ARTIGO 1 - REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

RESUMO: A violência contra a população de rua ainda hoje é invisibilizada na mídia, no Estado e pela sociedade civil. Além disso, estas pessoas são responsabilizadas pela situação de rua, pois são vistas a partir de diversas representações pejorativas. Com isso, e com a intolerância da sociedade, propicia-se a legitimação das relações de poder e de que diversas atrocidades ocorram. Para compreender este fenômeno, esta pesquisa fez uso da Teoria das Representações Sociais (TRS), pois busca identificar as representações que pessoas em situação de rua possuem sobre as violências e como ela acontece no seu dia-a-dia. Deste modo, trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva e com corte transversal. Foram realizadas 91 entrevistas semiestruturadas com pessoas em situação de rua da Grande Florianópolis/Brasil. Os dados foram analisados em um *corpus* com o auxílio do programa informático IRaMuTeQ, que possibilitou a realização de uma Classificação Hierárquica Descendente. Com isso, foi possível identificar que a violência contra a população de rua acontece de variadas formas e por diversos autores. Também houveram aspectos representacionais relacionados a definições da violência em si, da violência em situação de rua, das explicações sociais, aspectos influenciadores, estratégias de enfrentamento, história de vida, de ações violentas sofridas e praticadas nas ruas e a sua naturalização. Observa-se a violência como constitutiva da vida nas ruas, sendo necessário compreendê-la integralmente em sua complexidade. Por fim, sugere-se novos estudos sobre esta temática, para que se possa dar maior suporte empírico a esta pesquisa.

Palavras chave: Moradores de Rua. Violência. Representações Sociais.

4.2 ARTIGO 2 - ATRIBUIÇÕES DE CAUSALIDADE DA VIOLÊNCIA PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E FATORES ASSOCIADOS

RESUMO: No Brasil muitas pessoas morrem por violência intencional. Dentre elas, a população em situação de rua é uma das que mais sofre com este fenômeno. Diversos fatores influenciam para que a violência ocorra com esta população, como preconceito, intolerância, discriminação, violações dos direitos humanos pelo poder público, influência negativa da mídia, o coletivo carregado de regras violentas na qual as pessoas em situação de rua estão inseridas, entre outros. Deste modo, a Teoria de Atribuição de Causalidade torna-se relevante para a compreensão desta temática, pois viabiliza o estudo das explicações espontâneas que as pessoas fornecem aos acontecimentos sociais. Assim, este estudo tem objetivo de compreender os aspectos influenciadores da violência para pessoas em situação de rua. Trata-se de um estudo exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa e corte transversal. Para a coleta de dados foi feito uso do roteiro de entrevista semiestruturada que foi aplicada com pessoas em situação de rua na Grande Florianópolis. Para análise das entrevistas, foi realizado a análise categorial temática que resultou em quatro categorias. Por fim, verificou-se que os participantes atribuíram a violência perpetuada pelo outro como causalidade interna, e quando perpetuada por si próprio foram por motivos externos. Além disso, verificou-se que as explicações dadas pelos participantes são de conteúdos já existentes na representação dominante.

Palavras-chave: Violência. Moradores de rua. Atribuição de causalidade.

4.3 ARTIGO 3 - ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA EM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

RESUMO: A população em situação de rua vive e convive diariamente com o fenômeno da violência, que pode ocorrer de diferentes formas e por diferentes autores. Para isso, as pessoas em situação de rua utilizam diferentes estratégias de enfrentamento, conforme a Teoria Motivacional do *Coping* (TMC), utilizada como base teórica nesta pesquisa. Assim, o estudo teve como objetivo identificar quais as estratégias de enfrentamento e famílias de *coping* utilizadas por tais pessoas. Além disso, buscou-se verificar se existem relações entre características sociodemográficas e o *coping* utilizado. Para isso, realizou-se um estudo de campo, sendo entrevistadas 91 pessoas em situação de rua da Grande Florianópolis. Os dados foram transcritos e categorizados conforme as famílias e estratégias de enfrentamento da TMC. Estas foram analisadas pelo *software* PSPP. Os resultados apontaram para uma prevalência da utilização de estratégias mal adaptativas. Torna-se relevante intervenções de profissionais para (co)construírem estratégias mais adaptativas, considerando o contexto destas pessoas.

Palavras-chave: Violência. Enfrentamento. Moradores de rua.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo geral compreender as representações sociais da violência para pessoas em situação de rua e reflexões sobre este fenômeno, para isso identificou-se as representações da violência em si e da violência na rua, os aspectos influenciadores da violência e as estratégias de enfrentamento utilizadas pelas pessoas em situação de rua por meio da realização de entrevistas semiestruturadas. Possibilitando, portanto, ter uma concepção integral das representações sociais da violência para pessoas em situação de rua da Grande Florianópolis – Santa Catarina.

Os resultados emergentes deste estudo indicam que a violência vivenciada por pessoas em situação de rua se configura como um fenômeno complexo que afeta a saúde mental e a vida destas pessoas, havendo uma naturalização da mesma. A análise das narrativas traz à tona histórias de vidas permeadas pela violência, uma diversidade de aspectos relacionados às crenças, valores e ideologias sobre a violência, além de distintas formas de lidar com a mesma. A pesquisa foi ancorada em diferentes teorias da psicologia social e da psicologia do desenvolvimento, sendo as principais a Teoria das Representações Sociais, a Teoria da Atribuição Causal e a Teoria Motivacional do *Coping*. Assim, este estudo compreendeu a violência de maneira integral, superando perspectivas dicotômicas ou parciais do fenômeno. Com isso, verificou-se que a violência na realidade de pessoas em situação de rua incide envolto a uma trama histórica, cultural, social e relacional, sendo necessária compreendê-la integralmente em sua complexidade.

A representação social da violência para pessoas em situação de rua, verificada a partir das entrevistas, apresentam aspectos representacionais relacionados a definições da violência em si, da violência em situação de rua, das explicações sociais, aspectos influenciadores, estratégias de enfrentamento, história de vida e de ações violentas sofridas e praticadas nas ruas. As narrativas contemplam histórias que abarcam a complexidade da sobre (vivência) na rua e da violência neste contexto, suas relações no cotidiano e a sua naturalização. A representação social da violência foi atrelada às vivências diárias, às práticas e relações perpetradas entre os participantes, seus companheiros e demais sujeitos.

A partir dos resultados encontrados e discutidos em conjunto com a literatura científica já produzida, conclui-se que o fenômeno da violência ocorre por diferentes formas (simbólica, institucional,

estrutural, física, sexual) e por autores diversos (poder público, aparato policial, população civil e outras pessoas em situação de rua). Isso ocorre em decorrência de representações depreciativas e estereotipadas das pessoas em situação de rua e pela manutenção do status quo, que legitimam ações violentas. Houveram diversas falas que denunciam os preconceitos, as práticas simbólicas de discriminação, abusos de poder e diversas formas de violações de direitos vivenciadas pelos entrevistados.

Em relação às atribuições causais da violência na perspectiva de pessoas em situação de rua, os resultados apontaram conteúdos associados ao contexto social, com explicações micro e macrosociais (como a desigualdade, falta de políticas públicas, preconceito, mídia, histórico relacional); às características inerentes de algumas pessoas (como a personalidade, humor, falta de fé, falta de ocupação e agir errado); efeitos do uso de substâncias psicoativas (com alterações de humor, e possíveis roubos e conflitos), que ao mesmo tempo em que influenciam a violência, tornam-se estratégias de sobrevivência; e, as reações violentas frente à práticas de violência (como a necessidade de revidar e a expectativa do outro na resposta à violência), consideradas como regras implícitas das relações de convivência nas ruas. Considera-se que algumas das atribuições realizadas pelos participantes se relacionam ao fato destes emprestarem o discurso e a representação dominante existente, a qual culpabiliza e individualiza práticas violentas.

Verificou-se algumas tendenciosidades nas atribuições realizadas, ao atribuírem internamente o comportamento dos outros sem considerar possíveis variáveis situacionais e externamente ao próprio comportamento, principalmente quando este é negativo. Houveram diferenças entre as explicações sobre os fatores influenciadores da violência devido aos diferentes contextos, crenças, ideologias e vivências que as pessoas em situação de rua possuem. Dentre as explicações surgiram relatos de vida e de ações violentas sofridas e praticadas nas ruas. Histórias que envolveram a complexidade de viver nas ruas, conviver com a violência e suas relações no cotidiano.

Em relação ao enfrentamento da violência utilizado por pessoas em situação de rua, constatou-se que os estudos científicos que discutem a questão, abordam as estratégias de enfrentamento utilizadas em relação à situação de rua em si, e não abarcam especificamente a problemática da violência, além de não utilizarem a Teoria Motivacional do *Coping*. Ademais, verificou-se que existe uma prevalência da utilização de enfrentamentos mal adaptativos frente ao estressor violência, considerando em longo prazo. As famílias de *coping* mais

citadas foram: Autoconfiança, Fuga, Oposição e Isolamento; e as EE mais frequentes: agressão, persuadir, esquiva, retraimento social, passividade, regulação emocional e regulação comportamental.

Considera-se que o uso de estratégias deve ser contextualizado em relação ao desfecho a curto, médio e longo prazo, sendo este avaliado não apenas a partir da estratégia adotada, mas das circunstâncias associadas ao estressor e pela flexibilidade do uso das estratégias que são desenvolvidos a partir das relações sociais construídas durante a vida. Além de algumas estratégias serem as únicas opções possíveis em determinado momento neste contexto específico, considerando as extremas vulnerabilidades e riscos sociais que a população em situação de rua vivência. Verificou-se, a partir da análise de correlação, que a característica sociodemográfica que apresentou maior relação com as EE foi o fato de o indivíduo participar de algum movimento social, seguido do tempo que está na rua e do sexo.

Constatou-se diferenciações entre representações, atribuições e enfrentamentos adotados conforme as especificidades desta população, verificadas pelo questionário sociodemográfico. Assim, foram discutidas e refletidas algumas destas distinções. No entanto, compreende-se como um limite desta pesquisa o não aprofundamento de algumas especificidades consideradas duplamente vulneráveis nesta situação, como por exemplo, a vivência de mulheres, população LGBT, imigrantes em situação de rua, questões raciais transversais a esta condição, entre outros.

Salientou-se também a importância do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) no processo de politização destas pessoas, na construção de espaços de discussões e reflexões, de repasse de informações sobre direitos humanos, de grupo de apoio mútuo e de luta. O processo de troca deste movimento social transborda em algumas falas preocupadas e conscientes sobre diversas violências, principalmente as institucionais e estruturais vivenciadas no cotidiano, porém nem sempre desnaturalizada por todos. Nesse sentido, constataram-se grandes diferenciações entre narrativas de pessoas que participavam e que não participavam do MNPR, sendo que os que participavam haviam falas consideradas politizadas, que abarcavam questões culturais, históricas e políticas, como desigualdades, preconceitos, falta de políticas públicas, entre outros.

Em geral, foram verificadas narrativas que demonstravam a desumanização sofrida por esta população, o que contribui para a legitimização de ações que são reprimidas quando praticadas contra os considerados humanos. Constatou-se também uma naturalização e uma

banalização da violência, ao contarem histórias brutais como vivências cotidianas, ou não perceberem várias situações como sendo violentas.

A partir de leituras realizadas previamente observou-se que a violência é constitutiva da rua. Diversos relatos apresentaram histórias de violência entre pares, sendo esta forma de se relacionar parte de uma cultura, de uma sociabilidade complexa que envolve regras, códigos e morais próprias que se diferenciam dos ditos domiciliados. Além disso, estes comportamentos foram verbalizados como estratégias de enfrentamento, considerados plausíveis ao contextualizar os fatores estruturais e culturais, que tornam a violência não apenas viável, como necessária à sobrevivência. Salienta-se ainda que as discussões apresentadas nesta dissertação surgiram no sentido de propor uma reflexão sobre a temática e não um julgamento.

Constatou-se que essas práticas em longo prazo podem contribuir negativamente para a saúde mental dos mesmos, tendo em vista alguns relatos de sofrimento, desesperança e esgotamento físico e mental. Assim, consideram-se necessárias intervenções para que sejam reduzidos os danos associados às violências e violações de direitos. Torna-se relevante a compreensão das representações sociais da violência, das causalidades atribuídas e das EE utilizadas neste contexto por profissionais que trabalham diretamente com esta população, por integrantes do MNPR e por pesquisadores da área para que sejam possíveis intervenções efetivas que compreendam a complexidade deste fenômeno.

É necessário compreender a violência integralmente ao pensar em políticas públicas e práticas profissionais efetivas e mais humanizadas. Estas práticas de profissionais que trabalham diretamente com esta população devem possibilitar intervenções que contribuam para a desconstrução de representações estereotipadas, diminuir os efeitos psicossociais das relações violentas, a construção de espaços de diálogos para a circulação do conhecimento sobre seus direitos, o fortalecimento desta população, contribuir na desmoralização dos aspectos influenciadores da violência e focadas na (co)construção de estratégias mais adaptativas. Para isso, sugerem-se intervenções com uma escuta ativa, a realização de rodas de conversa, grupos focais, aproximação com movimentos sociais, entre outros.

Para além disso, os profissionais e gestores necessitam levar em conta todo o contexto político, estrutural, histórico, cultural e relacional que estas pessoas vivenciam, as relações de poder, as violências estruturais, institucionais, entre outras que permeiam a vida destas pessoas nas ruas. Desta forma, torna-se necessário construir

conjuntamente com pessoas em situação de rua novas formas de se relacionar e lidar com o estressor da violência. Assim, a oferta de políticas públicas de qualidade, a capacitação de profissionais, entre outras ações podem contribuir diretamente na saúde mental de pessoas em situação de rua.

Neste estudo, destaca-se que apesar dos cuidados metodológicos utilizados, tanto para a coleta de dados, quanto para a análise dos mesmos, algumas limitações são encontradas, as quais serão apresentadas com a finalidade de incentivar o desenvolvimento de futuras pesquisas que possam preencher lacunas na ciência e ampliar o conhecimento sobre o fenômeno estudado.

Entre as limitações estão o fato da coleta de dados ter ocorrido nas ruas, o que influenciou no tempo das entrevistas. Também houve dificuldades em avaliar se as (os) entrevistadas (os) estavam sob efeito de álcool e/ou outras drogas, assim, apenas as (os) participantes que estavam com efeitos mais visíveis/perceptíveis foram excluídas (os) da pesquisa. Além disso, algumas transversalidades, como por exemplo, as relações de gênero e questões raciais, apesar de serem abordadas brevemente, extrapolaram os objetivos deste estudo, não sendo aprofundadas.

Assim, os resultados em conjunto com sua interpretação devem ser relativizados e considerados em conjunto com os resultados de outros estudos. Outro ponto refere-se à amostra de conveniência, que limita a capacidade de generalização dos resultados obtidos. Apesar destas limitações, considera-se que este estudo é relevante socialmente e cientificamente, tendo em vista não terem sido encontradas até o momento pesquisas que abarquem como foco o fenômeno da violência na vivência de pessoas em situação de rua sob a perspectiva da Teoria das Representações Sociais, Teoria da Atribuição de Causalidade e Teoria Motivacional do *Coping*. A escassez de estudos sobre as temáticas foi considerada também como um limitador à discussão dos resultados encontrados. Com isso, aponta-se a necessidade do desenvolvimento de novos estudos, a fim de oferecer maior suporte empírico aos achados desta pesquisa, para compreensão do fenômeno de maneira interdisciplinar, além da necessidade do maior aprofundamento, por exemplo, em relação às transversalidades já pontuadas.

Almeja-se que os resultados encontrados colaborem para novos estudos sobre a temática. Considerando o recorrente empobrecimento, o crescimento das desigualdades e das intolerâncias, entende-se que possa haver um aumento na prevalência de pessoas em situação de rua e de violências perpetradas contra esta população. Tornando ainda mais

evidente a necessidade de ampliar os estudos multidisciplinares, garantir acesso a políticas públicas de qualidade que contemplem os direitos humanos das pessoas em situação de rua. Por fim, destaca-se a área da Psicologia Social, como relevante na produção de conhecimento e atuação profissional, adquirir um posicionamento ético e crítico que potencialize a co(construção) de novas possibilidades tanto em relação à comportamentos entre pares, como a desestigmatização dessa população na sociedade como um todo, contribuindo com a garantia de direitos dessa categoria social.

Ao término deste trabalho, destacam-se os desdobramentos do contexto acadêmico sobre a atuação profissional e pessoal da pesquisadora, já que os resultados encontrados surpreenderam e ampliaram as reflexões e possibilidades de intervenções profissionais. Ao longo do processo de coleta e análise de dados evidenciou-se a necessidade do constante processo de avaliação e ressignificação, quando se trabalha no contexto da violência na realidade de pessoas em situação de rua. Finaliza-se este trabalho com a fala de um dos participantes que traz à tona a importância dos profissionais que atuam na perspectiva de garantia de direitos à população em situação de rua:

Eu agradeço vocês também por estar mudando um pouco essa ideologia, porque as pessoas antes nos viam como lixo, como um bicho, como um mendigo, como uma pessoa que é excluída da sociedade, uma pessoa que não tem direito a nada, que tem que definir. Então é claro que a gente não vai conseguir mudar isso tudo da noite para o dia, daqui 2 anos, daqui 3 anos, mas eu sei que bastante gente se movimentando, pedindo referências, fazendo o que vocês estão fazendo, que eu acho muito bonito. A gente dá o maior apoio para que isso aconteça eu acho que isso é muito bom, em prol disso eu acho que tem muita coisa que está mudando, tem muita coisa que vai mudar, vai chegar um ponto que a gente vai alcançar moradia, temos direito à moradia (p. 60, homem, 7 meses na rua, participante do MNPR).

REFERÊNCIAS

Adorno, S. (2002). Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, Porto Alegre, 4 (8), p. 84-135.

Alcantara, S. C., Abreu, D. P., & Farias, A. A. (2015). Pessoas em situação de rua: das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertença. *Revista Colombiana de Psicología*, 24(1), 129-143. doi:10.15446/rcp.v24n1.40659.

Alles, N.L. (2010). *Boca de rua: Representações sociais sobre população de rua em um jornal comunitário*. Dissertação apresentada no Programa de Pós Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS.

Almeida, D.A.C. (2011). Morador de rua: Da questão social para a questão midiática. *Puçá: Revista de Comunicação e Cultura na Amazônia*. 1 (1): 77- 102.

Andrade, L. P., Costa, S. L., & Marquetti, F. C. (2014). A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. *Saúde e Sociedade*, 23(4): 1248-1261.

Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Biscotto, P.R. (2015). *Viver em situação de rua: experiência de mulheres que utilizam o albergue para pernoitar*. Dissertação apresentada no Programa de Pós Graduação de Enfermagem da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. São Paulo/SP.

Borges, A.L.O., & Almeida, B.V. (2017). Um olhar sobre as histórias de vida daqueles que habitam as ruas de belo horizonte. *Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, 2 (4).

Bortoli, S.R. (2017). Pessoas em situação de rua. O que dizem sobre elas e o que mais poderiam dizer? *Sur le journalism*, 6 (1).

- Brasil. (2008). *Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. Brasília, DF.
- Brasil. (2009). *Política Nacional para inclusão Social da População em situação de Rua*. Brasília, DF.
- Brasil. (2013). *Perguntas e Respostas: Serviço Especializado em Abordagem Social*. SUAS e População em situação de rua, Volume 4. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF.
- Camargo, B. V. & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21: 513-518.
- Campos, D.A. (2016). *Os efeitos das relações de gênero nas trajetórias dos moradores de rua do município de Florianópolis (SC), 2016*. Dissertação apresentada no Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC.
- Carrascal, O. N., & Londoño, M. G. (2009). Representaciones sociales del habitante de la calle. *Universitas Psychologica*, 9(2), 345-355.
- Costa, A.P.M. (2005). População em situação de rua: contextualização e caracterização. *Revista Virtual Textos & Contextos*, nº 4.
- Fazel, S., Geedes, J., Kushel, M. (2014). The health of homeless people in high-income countries: descriptive epidemiology, health consequences, and clinical and policy recommendations. *The Lancet*, 384(9953): 1529–1540.
- Ferreira, F. V., Alves, M. P. (2015). Representações sociais dos moradores de rua no jornal correio brasileiro: Exclusão, dessemelhança e violência. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, Blumenau, 9 (3), 35-56.
- Flick, U. (2009). *Desenho da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Galtung, J. (1998). *Tras la violencia, 3 R: reconstrucción, reconciliación, resolución. Afrontando los efectos visibles e invisibles de la guerra y la violencia*. Bilbao: Bakaez-Gernika-Lumo.

Gehlen, I., Schuch, P. (2012). A “situação de rua” para além de determinismos: explorações conceituais. In: I. Gehlen, et al. (Orgs.). *A rua em movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre: Fundação de Assistência Social e Cidadania, p. 11-25.

Gil, A. C. (2009). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). São Paulo: Ed. Atlas S. A.

Hayeck, C.M. (2009). Refletindo sobre a violência. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*. 1 (1): 1-8.

Heider, F. (1958) *The Psychology of Interpersonal Relations*. New York: John Wiley & Sons.

Hewstone, M. (2001). Representações sociais e causalidade. In: D. Jodelet (Org.). *As representações sociais* (pp. 217-237). Rio de Janeiro: EdUERJ.Arquivo.

Huey, L. (2016). There Is No Strength in Emotions: The Role of Street Enculturation in Influencing How Victimized Homeless Women Speak About Violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 31(10): 1817–1841. DOI: 10.1177/0886260515570749.

Instituto Comunitário Grande Florianópolis e Movimento da População em Situação de Rua de Santa Catarina. (2017). *Diagnóstico social participativo da população em situação de rua na Grande Florianópolis*. Disponível em: <<http://comunicacao.icomfloripa.org.br/diagnostico-social-participativo-populacao-em-situacao-de-rua-grande-florianopolis>>.

Jodelet, D. (2001). *As representações sociais*. Rio de Janeiro, RJ: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Jodelet, D. (2011). Os processos psicossociais da exclusão. In: B. Sawaia. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 11ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

- Khana, A., Yadav, R., & Kohli, S. (2017). Issues and challenges of homeless women living in shelter homes (rain basera) in Delhi. *Human Rights International Research Journal*, v. 5 (2).
- Kirkman, M, Keys, D, Bodzak, D & Turner, A (2015). 'I just wanted somewhere safe': Women who are homeless with their children'. *Journal of Sociology*, 53(3): 722 - 736. DOI: 10.1177/1440783314528595.
- Krug, E. G, Mercy, J.A., Dahlberg, L.L., & Zwi, A.B. (2002). *The World report on violence and health*. Geneva: World Health Organization.
- Kunz, G.S., Heckert, A.L., & Carvalho, S.V. (2014). Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. *Fractal, Rev. Psicol.*, 26 (3): 919-942.
<http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1192>.
- Kunz, G.S. (2012). *Modos de vida da população em situação de rua: narrativas de andanças nas ruas de Vitória/ES*. Dissertação apresentada na Universidade Federal do Espírito Santo –UFES.
- Lalonde, F., & Nadeau, L. (2012). Risk and Protective Factors for Comorbid Posttraumatic Stress Disorder among Homeless Individuals in Treatment for Substance-Related Problems. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 21(6), 626-645.
- Levin, B. (2015). Reassessing Laws on Hate Violence Against the Homeless. *American Behavioral Scientist*, 59(13): 1715–1728. DOI: 10.1177/0002764215590604.
- Long, S.M. (2015). Navigating homelessness And navigating abuse: how Homeless mothers find Transitional housing while Managing intimate partner Violence. *Journal of community psychology*, 43, (8): 1019–1035. DOI: 10.1002/jcop.21729.
- Machado, M.D.G.G. (2016). *Mulheres no contexto da rua: a questão do gênero, uso de drogas e a violência*. Dissertação apresentada no Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás.
- Marchand, P., & Ratinaud, P. (2012). L'analyse de similitude appliquée aux corpus textuels: les primaires socialistes pour l'élection

présidentielle française. In *Actes des 11eme Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles. JADT 2012* (pp. 687-699). Liège, Belgique.

Martinelli, K.C.O., Oliveira, E.M., & Santos, V.P. (2017). *População em situação de rua e a questão da violência*. Anais do 5º Encontro Internacional de Política Social e 12º Encontro Nacional de Política Social. Vitória –ES.

Mattos, R.M., & Ferreira, (2004). Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*; 16 (2): 47-58.

Melo, C. F. (2014). População de Rua: entre a exclusão e a justiça social. In: A.P. Grinover, *et al.* (Orgs.). *Direitos Fundamentais das Pessoas em Situação de Rua*. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, p. 51-64.

Minayo, M.C.S. (2007). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.

Minayo, M. C. S., & Souza, E. R. (1998). 'Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva'. *História, Ciências, Saúde—Manguinhos*, IV(3): 513-531.

Misganaw, A.C., & Worku, Y.A. (2013). Assessment of sexual violence among street females in Bahir-Dar town, North West Ethiopia: a mixed method study. *BMC Public Health*, 13:825.

Monteiro, & Almeida. (2015). A exclusão social de mulheres moradoras de rua: questões de gênero e políticas sociais. In: P.C., Silva. *Territorio(s), Género, Trabajo y Políticas Públicas em América Latina*. E-book CHILE. Editora Provocare. Votorantim – SP.

Moré, C.L.O.O.; Krenkel, S. (2014). Violência no contexto familiar. In: Coelho, E.B.S. *Atenção a homens e mulheres em situação de violência por parceiros íntimos*. Editora: UFSC. Florianópolis/SC.

Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Moscovici, S. (1982) The coming era of social psychology. In J.P. Codol & J.P. Levens. *Cognitive Approaches to Social Behavior*. The Hague, Nijhoff.
- Moscovici, S. (2003). *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes.
- Moscovici, S. (2012). *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis, RJ: Vozes (Original publicado em 1961).
- Moura, J.F., Ximenes, V.M., & Sarriera, J.C.(2013). Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil. *Revista de Psicologia*, 22(2), 18-28. doi: 10.5354/0719-0581.2013.30850.
- Nascimento-Schulze, C. M., & Camargo, B.V. (2000). Psicologia social, representações sociais e métodos. *Temas em Psicologia da SBP*, 8 (3): 287-299.
- Nobre, M.T., Moreno, N.S., Amorim, AKMA & Souza, E.C. (2018). Narrativas de modos de vida na rua: histórias e invenções. *Psicologia & Sociedade*, 30 (1). DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30175636>.
- Nonato, D.N., & Raiol.R.W.G. (2016).Invisíveis sociais: a negação do direito à cidade à população em situação de rua. *Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade*, 2 (2), 81-101.
- Oliveira, F.J., & Feitosa, M.Z.S. (2016). Representações Sociais e População Em Situação De Rua: A Visibilidade Construída Pela Mídia. *Rev. FSA, Teresina*, 13 (2) art. 12, p. 226-243.
- Pereira, C.P. (2008). *Rua sem Saída: Um estudo entre a relação entre o Estado e a população em situação de rua de Brasília*. Dissertação apresentada na Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social na Universidade de Brasília – UnB. Brasília.
- Pizzato, R. M. S. (2012). A trajetória do protagonismo dos grupos e dos movimentos da população em situação de rua. In: Dornelles, A. E., Obst, J., Silva, M. B. (Orgs.). *A Rua em Movimento: debates acerca da*

população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. (pp. 69-86). Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil.

Porto, M.S.G. (2015). A violência, entre práticas e representações sociais: uma trajetória de pesquisa. *Revista Sociedade e Estado*, 30 (1). DOI: 10.1590/S0102-69922015000100003.

Ramos, F.P., Enumo, S. R. F., & Paula, K.M.P. (2015). Teoria Motivacional do Coping: uma proposta desenvolvimentista de análise do enfrentamento do estresse. *Estudos de Psicologia*. Campinas. 32(2): 269-279.

Ratinaud, P. (2009). *IRAMUTEQ: Interface de R pour l'Analyse Multidimensionnelle de Textes et de Questionnaires* [Computer software] Disponível em: <<http://www.IRaMuTeQ.org>>.

Resende, V.M. (2016). Discursive representation and violation of homeless people's rights: Symbolic violence in Brazilian online journalism. *Discourse & Communication* 10(6), 596- 613. DOI: 10.1177/1750481316674778.

Resende, V.M., & Santos, A.A. (2012). A representação de pessoas em situação de rua quando vítimas de chacina: uma análise discursiva crítica. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, 12 (2).

Resende, V.M. (2018). Direitos humanos para quem? Políticas públicas e representação da gestão espacial da pobreza urbana em o globo. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 57(2), 616-644.

Richardson, R. J. (2009). *Pesquisa social: Métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.

Rosa A.S, & Brêtas A.C.P. (2015). Violence in the lives of homeless women in the city of São Paulo, Brazil. *Interface (Botucatu)*, 19(53):275-85.

Roso, A., & Santos, V. B. (2017). Saúde e relações de gênero: notas de um diário de campo sobre vivência de rua. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 35(2): 283-299. Doi: <http://dx.doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.3379>

Rubio-Martín, M. J. (2017). Representaciones sociales sobre las personas sin hogar: una herencia aún no superada. *Revista de Ciencias Sociales*, 12 (1), 87-118. Doi: 10.14198/OBETS2017.12.1.04.

Sá, C. P. de. (1996). *Núcleo central das representações sociais*. Petropolis: Vozes

Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, P. B. (2013). *Metodologia de Pesquisa*. São Paulo: McGraw Hill.

Schraiber, L.B. (2005). Pesquisa qualitativa em saúde: reflexões metodológicas do relato oral e produção de narrativas em estudo sobre a profissão médica. *Rev. Saude Publica*, 29 (1): 63-74.

Silva, S.A. (2013). População em Situação de Rua no Rio de Janeiro: novos tempos, velhos métodos. *Psicologia Política*, 13(27), 337-350.

Silva, W.V.N., & Huning, S.M. (2013). Biopolítica nas Ruas: a Produção de Modos de Vida Seguros. *Rev. Polis e Psique*, 3(3):39-57.

Silva, W.N., & Hüning, S.M. (2015). De morador de rua a criminoso. *Athenea Digital* - 15(2): 141-165.

Siqueira, P.M., Hernandez, M.L, Furtado, L.A.C., Feuerwerker, L.C.M., Moreno, H.V., & Santos, H.S. (2018). “Oh pedaço de mim, oh metade amputada de mim...”. *Saúde em Redes*, 4(Supl.1):51-59. DOI: <http://dx.doi.org/10.18310/2446-4813.2018v4n1suplemp51-59>.

Skinner, E. A., & Wellborn, J. G. (1994). Coping during childhood and adolescence: A motivacional perspective. In D. L. Featherman, R. M. Lerner, & M. Perlmutter (Eds.), *Life-Span development and behavior*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Skinner, E. A, Edge, K., Altman, J., & Sherwood, H. (2003). Searching for the structure of coping: A review and critique of category systems for classifying ways of coping. *Psychological Bulletin*, 129(2), 216-269.

Skinner, E. A. (2007). Coping assessment. In: S. Ayers, A. Baum, C. McManaus, S. Newman, K. Wallston, R. West (Org.), *Cambridge handbook of psychology, health and medicine* (2ª ed.). Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Skinner, E. A., & Zimmer-Gembeck, M. J. (2009). Challenges to the developmental study of coping. In: E. A. Skinner & M. J. Zimmer-Gembeck (Org.), *Coping and the development of regulation*. San Francisco: Jossey-Bass.

Skinner, E. A., & Zimmer-Gembeck, M. J. (2016). *The development of coping: Stress, Neurophysiology, Social Relationships, and Resilience During Childhood and Adolescence*. Springer International Publishing Switzerland.

Sotero, M. (2011). Vulnerabilidade e vulneração: população de rua, uma questão ética. *Revista Bioética*, 19(3): 799-817.

Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG.

Thompson, R. A. (2015). Relationships, regulation, and early development. In: R. M. Lerner, & M. Lamb. *Handbook of child psychology and developmental*. Socioemotional processes (7^a ed.). New York: Wiley. Doi: 10. 1002/9781118963418.

Tilio, R., & Oliveira, J. (2016). Cuidados e atenção em saúde da população em situação de rua. *Psicologia em Estudo*, 21(1):101-113. Doi: 10.4025/psicoestud.v21i1.27142.

Tróccoli, B., T. (2011) Cognição social. In, Torres, C. V., Neiva, E. R. (Orgs.). *Psicologia social: principais temas e vertentes*. (p.80-99). Porto Alegre: Artmed.

Veloz, M. C. T., Nascimento-Schulze, C. M., & Camargo, B. V. (1999). Representações sociais do envelhecimento. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 12(2), 470-50.

Villas-Boas LPS. (2010). Uma abordagem da historicidade das representações sociais. *Cadernos de Pesquisa*, 40(140): 379-405.

Weiner, B. (2005). Motivation from an attributional perspective and the social psychology of perceived competence. In: A. J., Elliot, C. S. Dweck (Ed). *Handbook of competence and Motivation*. New York: Guilford Press, p. 156-172.

APÊNDICE A

Instrumentos:

* Entrevista semi-estruturada:

-O que é violência para você?

-O que é a violência quando se está em situação de rua?

-Como a violência acontece no seu dia-a-dia?

-O que você acha que influencia as relações violentas?

-Como você lida com as situações de violência no teu dia - dia?

*Instrumento Sociodemográfico:

Idade:

Quanto tempo está em situação de rua:

Naturalidade:

Onde normalmente dorme:

Possui companheiro: (a) sim não

Possui filhos: sim não

Quantos?

Estão sob sua responsabilidade? sim não

Se não, com quem estão?

Você costuma ver eles?

Em quais momentos? Última semana Último mês

Último ano

Escolaridade:

Trabalha? sim não

Com o quê?

Possui alguma questão de saúde? (mental ou física)

Usa álcool ou drogas sim não

Qual?

Com que frequência?

Acessa algum serviço da rede (saúde, assistência, educação, ONG)

sim não Qual?

Participa de algum movimento social: sim não

Se sim, qual?

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
LABORATÓRIO DE PSICOLOGIA SOCIAL DA COMUNICAÇÃO
E COGNICÃO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo(a) a participar da pesquisa intitulada **“Representações Sociais da violência para pessoas em situação de rua”**, a qual tem por objetivo compreender as representações sociais da violência para pessoas em situação de rua, e faz parte de um projeto de pesquisa para dissertação de mestrado da aluna Mariana Luíza Becker da Silva sob orientação da professora Dra. Andréa Barbará S. Bousfield e co-orientado por Andréia I. Giacomozzi, vinculadas ao Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição (LACCOS) do departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Esta investigação tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento científico e recolher dados para a elaboração de futuras ações que possam contribuir para as políticas públicas e melhorar a qualidade de vida da população.

A sua participação ocorrerá de forma **voluntária** e por meio do consentimento em entrevistá-lo (a) através de um roteiro de perguntas relacionadas ao tema da pesquisa. Devido ao tema da pesquisa ser de caráter subjetivo e pessoal é possível que ao longo da entrevista o participante possa sentir-se mobilizado emocionalmente, ou sob situação de desconforto ao seu bem estar. A entrevista será realizada na rua e para evitar o constrangimento e manter o sigilo de suas respostas, o participante será convidado, dentro das possibilidades, a conversar em um local público em que não haja grandes movimentações de pessoas.

As entrevistas serão registradas através de gravação e anotações realizadas pela pesquisadora, essas irão conter as suas respostas, **sem a identificação de autoria**. O tempo estimado de duração é de

aproximadamente vinte minutos. A pesquisa poderá ser interrompida a qualquer momento, a seu pedido, visando o seu conforto e bem-estar, não há, para tanto, a necessidade de apresentar quaisquer justificativas ao pesquisador. A pesquisadora é psicóloga, treinada para aplicar a entrevista, e tem experiência em atendimentos psicológicos. Após ou durante a entrevista, se o (a) senhor (a) perceber a mobilização de emoções, a pesquisadora irá dar por encerrada a entrevista, e a própria pesquisadora proverá ao participante o apoio psicológico adequado ao momento pelo tempo que for necessário. Se for necessário, a mesma fará o encaminhamento do participante à alguma clínica social que seja mais próxima do local da entrevista para acompanhamento psicológico sem custo algum ao participante e/ou aos serviços públicos do município correspondente (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop, Serviço Especializado em Abordagem Social e Centro de Referência Especializado da Assistência Social). Acredita-se que na maior parte dos casos a participação na pesquisa por meio da entrevista trará benefícios ao participante, pois promoverá reflexões sobre suas vivências.

Com expressa autorização a sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista/questionário à pesquisadora do projeto, a entrevista será gravada e anotada, toda e qualquer informação que possa lhe identificar serão mantidos em absoluto **sigilo**. Quando da quebra do sigilo involuntário por pedido de ordem judicial ou legislativa ou devido ao risco de furto ou invasão dos materiais guardados pela pesquisadora, os casos serão tratados conforme legislação legal vigente. A sua participação é **absolutamente voluntária** e não remunerada - *a legislação brasileira não possibilita quaisquer pagamentos referentes à participação em pesquisas* - contudo todo e qualquer custo decorrente da participação na entrevista (*deslocamento, alimentação, etc*) serão ressarcidos em espécie pelo pesquisador com verba de recurso próprio, conforme item 2º.XXIV da resolução 510/16, bem como indenização em caso de qualquer prejuízo material causado pela pesquisa ao participante, respeitando assim o item 9º.VI da resolução 510/16. A sua recusa em participar da pesquisa ou cancelar o consentimento não implicarão em qualquer penalidade ou prejuízo.

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas as pesquisadoras responsáveis e sua orientanda. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 510/16 e com o fim deste prazo, será descartado. Os resultados da

presente pesquisa serão divulgados à instituição concedente e aos participantes que tiverem interesse, após a defesa da dissertação, em data a ser agendada. Além disso, os resultados poderão ser usados em publicações que divulgarão apenas os dados obtidos como um todo respeitando as respostas individuais mantendo o sigilo das especificidades de cada participante, os dados serão, portanto, divulgados de forma a preservar sua identificação, obedecendo ao disposto preconizado nas Resoluções nº 510 de 07 de Abril de 2016 e nº466 de 12 de Dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde acerca de pesquisas com seres humanos.

Caso você aceite a participação solicitamos a permissão para que possamos utilizar a entrevista e o questionário respondido por você, sendo que apenas os pesquisadores terão acesso direto às informações neste relatadas. Este documento possui valor legal e deverá ser assinado em duas vias de igual valor pelo participante e pelo pesquisador, uma delas ficando em posse do participante. Caso haja impossibilidade de assinar, a autorização deve ser dada verbalmente através de uma gravação em áudio, mas igualmente o documento será entregue em duas vias e respeitará as normas das Resoluções nº 510 de 07 de Abril de 2016 e nº466 de 12 de Dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde. Se você tiver alguma dúvida ou necessidade de algum esclarecimento sobre o trabalho que será realizado, entre em contato com o LACCOS e/ou com o pesquisador pelo fone: (48) 3721-9067 / ou via e-mail pelo: marianaluiza_b@hotmail.com. Você poderá entrar em contato também com o Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da UFSC pelo telefone (48) 3721-6094 ou ainda diretamente no prédio da Reitoria II, 4º andar, sala 401 na rua Desembargador Vitor Lima nº 222, bairro Trindade, Florianópolis. O projeto possui aprovação do CEPESH/UFSC e atende à resolução 466/2012 e suas complementares.

Pesquisadoras responsáveis: Prof. Dra. Andréa Barbará S. Bousfield e Prof. Dra. Andréia Isabel Giacomozzi.

Pesquisador principal: Mariana Luíza Becker da Silva (Mestranda/UFSC)

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de

proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Endereço Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEPESH:
Universidade Federal de Santa Catarina, Reitoria II, R: Desembargador
Vitor Lima, n° 222, 4° andar, sala 401, Trindade – Florianópolis.
Email: cep.propesq@contato.ufsc.br. Telefone: 3721-6094

Eu, Sr(a)....., considero-me informado(a) sobre a pesquisa “**Representações sociais da violência para pessoas em situação de rua**”, realizada pelo grupo de pesquisadores da UFSC e autorizo o registro das informações fornecidas por mim, em forma oral, registrada em gravações e anotações, para utilização integral ou em partes, sem restrições de prazos ou citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo a leitura de tais informações por terceiros, ficando vinculado o controle e guarda das mesmas a *Mariana Luíza Becker da Silva*, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina e professoras Dra. Andréa Barbará S. Bousfield e Andréia I. Giacomozzi, pesquisadoras responsáveis da investigação.
Florianópolis, ____/____/_____

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Caso você tenha interesse em receber os resultados da pesquisa, por favor, informe seu contato ou lugar em que costuma frequentar que entraremos em contato para uma devolutiva.
